

**DADOS PARA A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS CAIAPÓ**

*Mário Neme*



Pouco se sabe da história dos Índios Caiapó ou Bilreiros nos dois primeiros séculos do povoamento. Em 1607, o sertanista Belchior Dias Carneiro, "língua da terra", comandava uma expedição no rumo de sertões desconhecidos; para Carvalho Franco ela se destinava à "região dos bilreiros ou caiapós" que compreendia "o Rio Tietê abaixo, indo para Mato Grosso e para Goiás" (1).

Na bibliografia paulista, essa seria a primeira referência por ordem cronológica aos Caiapó em relação com sertanistas de São Paulo (2). Depois, disso, pouco aparecem na documentação até cerca de um século mais tarde, quando passam a ser continuamente citados, em razão das proezas que praticam contra viajantes de Cuiabá e também por causa da guerra implacável que os brancos lhes movem.

Realmente, a maior soma de informações a respeito dos Caiapó ou Bilreiros começa a aparecer a partir de 1720, marcando esta data o início de um período em que eles são a todo momento apontados como índios guerreiros e volantes. Não obstante, essa disposição de ânimo dos Caiapó era já denunciada na segunda metade do século antecedente, ocasião em que ocupavam a área araguaiana do Planalto Central.

A respeito de uma bandeira paulista que desde 1671 se havia arranchado junto das cabeceiras do Tocantins, informava em 1676 o padre Antônio Raposo que no ano anterior, "passando pelo sitio onde se tinha alojado o cabo da tropa de São Paulo, achou notícia que por seu descuido ou ambição de cativar gentio, o tinha êste morto e aos demais da tropa, e eram duas nações, a dos aruaqueres de língua geral e melhor gênio, e a dos bilreiros, cruel e belicosa..." (3).

---

(1) F. A. Carvalho Franco, "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", ed. Comissão IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1953, pgs. 101 e 340.

(2) Veja-se Nota A, no fim deste trabalho.

(3) Carvalho Franco, "Dicionário", cit., pg. 61.

*Distribuição geográfica*

Nessa região do atual Goiás, os Caiapó iriam permanecer o tempo suficiente para transmitir o seu nome a uma serra, a Serra do Caiapó, e a um rio, também chamado do Caiapó, afluente do Alto Araguaia. Em 1723 — meio século decorrido — na sua breve notícia sobre “o gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuiabá”, Antônio Pires de Campos, o môço, diria que navegando da barra do Tietê pelo Grande acima “se dá em um rio chamado Pernaíba e por êle acima habita o gentio chamado Caiapó” (1). Mas pouco depois dessa data, os Caiapó seriam encontrados também em terras que margeiam o rio Pardo, afluente do Paraná, bem abaixo da barra do Tietê mas pelo lado direito; terras hoje do Sudeste de Mato Grosso. Em 1727, um capitão Camelo, viajando de São Paulo a Cuiabá pelo caminho dos rios, informará a respeito do Pardo: “Por todo êsse grande rio costumam andar os Caiapós”. E no prosseguimento da viagem, ao entrar no Camapuã, não deixará de advertir que o riacho é de navegação difícil e perigosa, mas que “o maior risco é o dos Caiapós” (2).

Ia além, entretanto, o domínio dos Bilreiros já no segundo decênio desse século 18: há indicações de que nessa época êles também se internavam mais para Leste, alcançando terras do atual Triângulo Mineiro. Um alferes de nome Moreira, sertanista que percorre durante dois anos o contôrno da serra da Canastra, localizava em 1731 uns “campos dos Caiapós” no trajeto de quem caminhasse da primeira cabeceira do São Francisco para a estrada de São Paulo e Goiás, atingindo-a no trecho em que penetrava no território mineiro. Pelo que dizia êste sertanista, os “campos dos Caiapó” ficariam mais ou menos entre as atuais cidades de Sacramento e Araxá, correndo para Uberaba (3).

Vemos, portanto, que êsses indígenas encontravam-se desde a zona do Pardo e Camapuã, no Sudeste de Mato Grosso, até a área hoje do Triângulo Mineiro, bem para Leste; e para cima, até a altura quase da embocadura do Araguaia. A aceitar-se tôda essa amplíssima faixa como estância dos Caiapó — e não há motivo para não o fazer-

(1) “Relatos Sertanistas”, Coletânea e introdução de Afonso de Taunay, ed. Comissão IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954, pg. 181

(2) “Relatos Monçoeiros”, Coletânea e introdução de Afonso de Taunay, ed. Comissão IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954, pgs. 115-17.

(3) “Relatos Sertanistas”, cit., pgs. 168-69.

mos — estaríamos em face de uma nação das mais pujantes e que apesar de intensamente combatida iria manter-se coesa e forte ainda por um longo período, todo êle marcado de adversidades.

*Alguns usos e costumes*

Pelo Paranaíba acima habitam os Caiapó, dizia em 1723, como vimos, Antônio Pires de Campos, de todos os informantes talvez o mais capacitado. Tratavam-no os índios por Pai-Pirá (pai de todos), passara grande parte da vida no sertão, contrataria com o governo o combate sistemático ao gentio hostil, pondo-se para isso à testa de uma horda constituída sômente de índios Bororo, sem nenhum guerreiro branco; dêle diria Pedro Taques que fôra “na praça Adonis e no sertão Marte”. Valiosa, por tais motivos, a indicação que nos dá de que os Caiapó eram, no início desta época de conturbações, um povo nativo tão estável como os que mais o poderiam ser, vivendo em aldeias e praticando uma agricultura diversificada. “Este gentio — escrevia o Pai-Pirá — é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no Estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina; êstes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes; mas os trajas dêstes bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, e o seu maior exercicio é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre êles a quem mais gente há de matar... e nos assaltos que dão aqui e prêsas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos: as armas de que usam são arcos muito grandes e flechas muito compridas e grossas, e também usam muito de garrotes, que são de pau...” (1).

O uso dêsses garrotes valera aos Caiapó o serem chamados também Bilreiros pelos paulistas dos séculos 17 e 18, embora já nesta última centúria passasse cada vez mais a predominar o primeiro designativo, certamente por economia de linguagem ou por questão de eufonia. Tratava-se de uma espécie de porrete de feitio semelhante ao dos bilros (2) e que é hoje conhecido por borduna pelos sertanejos da área do Araguaia, antigo domínio dos Caiapó.

(1) *Idem*, pg. 181.

(2) “Este é o gentio que usa de porrete, ou bilro, e o mais traidor de todos” (“Relatos Monçoeiros”, cit., pg. 115).

Descrevia-os Pires de Campos, no prosseguimento de sua informação, como feitos “de pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita”; “com os quais fazem um tiro em grande distância e tão certo que nunca erram a cabeça [da caça ou do inimigo]”; “e é a arma de que mais se fiam” (3).

Tal descrição foi complementada em 1751 pelo Conde de Azambuja, no relato de sua viagem de São Paulo a Cuiabá. Os bilreiros — escreveu — “são uns paus, do tamanho de côvado, pouco mais ou menos, de uma parte redondos, por onde lhe pegam: pela outra espalmados, como os paus de remos: enfeitam-os, cobrindo-os com seus tecidos feitos de cascas de árvores, de várias côres, à imitação de esteiras; porém muito ajustados e unidos aos paus” (4).

Quanto aos costumes desses indígenas, acrescentava um memorialista de 1812 que os Caiapó “têm alguns ritos judaicos”, admitem a poligamia e o divórcio, “fazem festas e ajuntamentos noturnos, em que em confuso procuram a propagação” (5), adiantando ainda, com relação às façanhas guerreiras do Pai-Pirá, que este sertanista havia feito “barbaridades espantosas e grande mortandade, chegando até à aldeia grande do caiapó...” (6).

O dado de maior interesse para o nosso caso é a referência à “aldeia grande”, cuja existência, ao lado dos elementos já apontados — ampla distribuição geográfica de agrupamentos tribais e uma constelação de cacicados — faz lembrar uma organização social algo complexa.

O mesmo memorialista acrescentava outras informações, tôdas a respeito dos Caiapó do seu tempo, já fortemente aculturados: “alongam-se nas suas caçadas e correrias até os sertões de Curitiba, numa distância de trezentas léguas: são valentes e guerreiros; usam, além do arco e flecha, em que são destríssimos, de certos paus cortados e rijos, com que pelejam de perto; contam os meses por luas; fazem as exéquias de seus mortos com danças, e se tingem de negro em as ocasiões do seu sentimento”. Dos

---

(3) “Relatos Sertanistas”, cit., pg. 182.

(4) “Relatos Monçoeiros”, cit., pg. 195.

(5) Padre Luís Antônio da Silva e Souza, “Memória sôbre o descobrimento, govêrno, etc. de Goiás”, in RIHGB, Vol. 12, pg. 494.

(6) Idem, ibidem, pg. 494.

seus jogos, é “o mais célebre o que chamam de touro, em que se disputam uns com os outros as forças na carreira, tomando uns do ombro de outros um grande tronco que empregam neste ministério” (pg. 494).

Um viajante de 1785, meio século decorrido dos tempos de Pires de Campos, dizia em seu relato que os Caiapó “têm suas aldeias” bem perto do caminho do Camapuã ao Coxim, e que “viviam nus inteiramente”. Do caminho, podia ver-se ao longe o fogo das queimadas que faziam, o que denotava a persistência da prática da lavoura.

Mas aparentemente contrariando essas informações, o mesmo viajante afirmava em outro passo que o Caiapó “sempre anda vagando” (7); e o citado Cabral Camelo, c.1730, registrava a propósito do rio Verde, segundo afluente direito do Paraná abaixo da foz do Tietê, que nêle “assistem comumente os Caiapós, não obstante me afirmarem muitos que andam sempre a corso” (8). Um outro informante, da mesma década de 1730, o sertanista Manuel de Barros, sujeito entendido em engenharia e muito dado a perquirição de minas, afiançava que tais índios “guerreiam com traição, não têm domicílio certo, nem plantas ou lavouras: são volantes e de corso, e se sustentam da imundície do mato; e quando chegam a plantar, trazem o mantimento consigo, conduzindo-o de uma parte para outra...” (9).

Veremos adiante se existe explicação para as contradições e inconsistências que aparecem nestes depoimentos, sendo, porém, de advertir desde logo que se um povo chega a plantar alguma vez, isto significa que a prática da lavoura participa de seus costumes; só o poderia fazer um povo desde antes afeito à agricultura.

De tudo, em suma, um aspecto bem nítido ressalta, o da notável vitalidade da nação Caiapó, da qual o próprio informante acima citado não se furtou a dizer: “É este gentio uma nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas”. Ao que acrescentava o padre Silva e Souza, falando já do seu tempo, serem os Caiapó uma “nação bravíssima e muito numerosa” e que, nas suas caçadas e correrias, alongavam-se por distâncias de trezentas léguas.

(7) “Relatos Monçoeiros”, cit., pg. 211. — Relato de Viagem do Dr. Diogo Toiedo Lara e Ordonhes.

(8) Idem, pg. 115.

(9) Idem, pg. 148.

### *Capacidade de locomoção*

Vimos atrás que os depoimentos setecentistas apresentam os Caiapó como um povo estável e ao mesmo tempo guerreiro e volante; mas isto não devia significar que eram mais errantes que o normal do gentio, pois a permanência deles por mais de um século na área do Araguaia, e de outro tanto no circuito do Camapuã, depõe em sentido contrário.

Tudo indica que a qualificação de volantes, surgida no século 18, derivava mais da contínua mobilização das suas facções guerreiras do que do comportamento da totalidade dos componentes das tribos, incluindo velhos, mulheres e crianças. Acreditamos que enquanto estes permaneciam em suas aldeias, sujeitos apenas a limitadas deslocações periódicas, efetuadas por conveniências próprias (estações do ano, migrações de caça, esgotamento do solo), as hordas combatentes se locomoviam a grandes distâncias empós do inimigo, de prêsas de guerra e da caça, carregando além das armas alguns alimentos essenciais.

Sabe-se com certeza que os guerreiros Caiapó, favorecidos pelo uso tanto de arcos e flechas como das temíveis bordunas, incursionavam nessa e em épocas posteriores por várias partes do atual território paulista, alcançando zonas muito distantes de suas estâncias. Em 1727, o citado Cabral Camelo, ao falar do Itapura, advertia que “a este último salto dizem que muitas vêzes vem o gentio Caiapó em suas jangadas” (1). O mencionado Pai-Pirá afiançava por sua vez, a respeito dos dois primeiros afluentes abaixo da foz do Tietê, o Sucuriú e o Verde, que “êstes dois rios não têm habitantes nêles, mas são cursados e batidos do mesmo gentio Caiapó” (2), acrescentando que incursionavam também pelo alto Nhanduí e Taquari. Um autor anônimo que escreveu na década de 1720 dizia que “de Itu ao Rio Grande não se encontram fácilmente Caiapós, a que por outro nome chama Bilreiros”, os quais dificilmente ultrapassam o Rio Grande; mas “já em alguma ocasião passaram e chegaram tão perto de S. Paulo, que tocaram o sino da Igreja de Jundiá, com cujo som aterrados fugiram” (3).

(1) Idem, pg. 115.

(2) “Relatos Sertanistas”, cit., pg. 182.

(3) Idem, pg. 205.



Em um período posterior, ao que informa Pedro Taques, o gentio Caiapó “infestava a estrada de Goiás em comprimento de mais de 200 léguas, desde o rio Uruçanga até Vila Boa” (4), sendo o Uruçanga (hoje Orissanga) um dos afluentes direitos do Mogi-guaçú e pouco acima da cidade dêste nome, figurando já como Urusanga em carta geográfica da época (Montezinho). Ainda em 1772, comunicava-se ao governo da Capitania que num sitio chamado Capão, na altura do rio Jacuí, limites entre São Paulo e Minas Gerais, os Caiapó haviam atacado moradores, incendiando casas (5). Por êsse tempo, segundo cartas do Morgado de Mateus, o Caiapó vinha transtornando “a navegação do Cuiabá desde Avanhandava até o rio Pardo” e também as “Campanhas do Mogi-guaçú” (6).

Mas ao lado dessas incursões guerreiras, em que demonstravam grande capacidade de locomoção, vimos que os Caiapó permaneceram por longo tempo em suas estâncias: e, apesar de viverem agora em fase pouco propícia à estabilidade, nelas se manterão ainda por mais um século. Na área do Pardo, onde eram apontados desde 1727, o Conde de Azambuja confirmará a presença deles em 1751, ao dizer que “todo o Rio Pardo é distrito do gentio Caiapó” (7). Em terras araguaianas, “terras domiciliares do Caiapó” segundo o padre Silva e Souza, uma expedição de 1773 encontra “arranchamentos de quatrocentas camas e mais” (pg. 455). Na região do Sul de Goiás e limites de Minas, Saint'Hilaire testemunharia em 1819 que nessa área estavam “situados imensos desertos, onde vivem tribos indígenas coaipós” (sic). Os moradores das primeiras povoações mineiras ao longo do caminho São Paulo-Goiás “já estão muito próximos dêsses selvagens” (8).

Todos êsses depoimentos, tomados ao pé da letra, significam estabilidade e mobilidade espacial concomitantes. A aparente contradição entre os fatos e o modo de ver dos

(4) Pedro Taques de Almeida Paes Leme, “Nobiliarquia Paulista Histórica e Genealógica”, ed. Martins, São Paulo, 1953, Vol. II, pg. 178.

(5) Idem, ibidem, pg. 447.

(6) D.I., Vol. 7, pgs. 133-34.

(7) “Relatos Monçoeiros”, cit., pg. 191. — Também sobre o rio Grande, dizia: “Tem muitas onças, etc.; e juntamente gentios Caiapós” (Ob. cit., pg. 209).

(8) A. Saint'Hilaire, “Viagem à Provincia de São Paulo”, ed. Martins, São Paulo, 1940, pg. 130. § De 1810 a 1816, índios Caiapós são localizados desde a parte fronteira da barra do Tietê até as imediações do Urubupunga (D.I., Vol. 4, pgs. 104 e sgs.; Vol. 44, pgs. 117, 120).

Informantes se explicaria, como dissemos, pela permanência do grosso das tribos em suas aldeias e contínua movimentação das facções de combate, o que valeria por mais uma prova de vitalidade (9): e o próprio mantimento que estas hordas conduziriam consigo, levando-o de uma parte para outra, seria antes trazido das aldeias do que produzido em meio das andanças e dos azares da guerra.

E sabendo-se, — como veremos em seguida — que os Caiapó tinham sido nos começos do século 17 um povo pacífico e assentado, e ao qual a agricultura não poderia ter sido estranha, a história dirá que na fase seguinte, em que foram intensamente perseguidos e assediados, êsse povo, ao contrário de aceitar a derrota, encontrou fôrças para enfrentar o inimigo e sobrepôr-se às adversidades, ao mesmo tempo em que via dismantelar-se progressivamente sua antiga estrutura social, com o abandono, ou mudança forçada, de usos e costumes tradicionais.

#### *Antiga estância dos Caiapó*

Mas dos depoimentos acima citados colhe-se também a impressão, bem nítida na verdade, de que aos Bilreiros do século 18 não eram estranhas as paragens que se demoram ao Noroeste do atual território paulista, o que somente se pode atribuir a contatos continuados, não ocasionais, com essas regiões. E mais acentuada se torna tal impressão por nos parecer evidente que a excursão que fazem até as imediações de vila de Jundiá, numa ocasião de que ficou memória, não poderia ter sido fruto de uma viagem às cegas, por terras inteiramente desconhecidas — se tal hipótese se pudesse conceber com relação aos indígenas em geral. Nem é de crer que para aí tivessem caminhado desde acima do rio Grande em marcha batida, numa espécie de viagem de

---

(9) Apesar da notável vitalidade dessa nação — implícita, nesta fase de conturbações, na disposição de luta e disposição de não apenas defender-se mas também atacar; no recurso a mais de um tipo de arma ofensiva; na prática de caminhar tanto por terra como por rios, em jangadas; na capacidade de percorrer grandes distâncias em prolongadas incursões guerreiras — os Caiapó encontravam-se nos meados do século passado em caminho da "pacificação", da derrota, da decadência. Diz-se em relatório de 1858 que os Caiapó "aldeados nas vizinhanças de Sant'Ana do Paranaíba instam pela mudança de sua aldeia para a margem do Paraná fronteira do Tietê. Seria bom aproveitar êsse seu desejo para pô-los sob vigilância..." (Liberato Bittencourt, "Mariano de Azevedo", Rio de Janeiro, 1940, 2.ª ed., pg. 98). Já então alguns Caiapó serviam nas monções Sant'Ana-Piracicaba, com infima paga, "recebida em algum vestuário e quincalharias que os pobres índios levam de presente às mulheres" (loc. cit.).

percurso direto entre dois pontos, contrariando o costume de vaguar pelos campos e matos para se aproveitarem de frutos e raízes, da caça, do pescado, tudo de acôrdo com a situação de querências já sabidas e a já sabida rotação das estações do ano.

Existem, portanto, bons fundamentos para se admitir anterior estacionamento de tais índios em paragens mais próximas dos núcleos povoados do planalto paulistano, inferência que é reforçada, como veremos, por indícios extraídos de documentos seiscentistas.

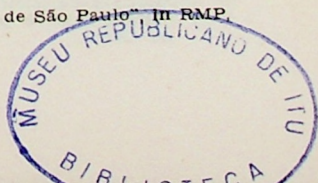
Tal permanência durante parte do século 17 em terras do Norte e Noroeste de São Paulo, implicando em experiência acumulada e conhecimento do terreno — dos caminhos, das moitas, das estâncias de caça, reservas de mel, frutos e raízes comestíveis — explicaria as incursões dos Caiapó por essa extensa área até fins do século seguinte; período para o qual, como já vimos, existem várias testemunhas que colocam os Caiapó nas terras banhadas pelo baixo Tietê, Mogi-guaçu e Turvo. Ainda em 1788, quase no fim da centúria em questão, um viajante que tinha olhos de ver, o naturalista Lacerda e Almeida, falando a respeito do Camapuã de Mato Grosso, comentava: “Esta Fazenda é infestada pelo gentio Caiapó, nação robusta que usa de bordão e flecha armada na sua extremidade de um espontão de rijo pau cheio de farpas desencontradas... e é tão numerosa, que só por si faz um grande império, pois principiando ao Norte do Cuiabá, chega a Camapuã, ao Norte de São Paulo, ao Norte e Leste de Vila Boa de Goiás...” (1).

Isso em 1788. Com referência a tempos posteriores, é de notar que no seu trabalho sôbre “A Antropologia no Estado de São Paulo”, publicado na “Revista do Museu Paulista”, de 1907, afirmava Hermann von Ihering o seguinte: “Von Martius indica que os Caiapós do Mato Grosso antigamente viviam também no Estado de S. Paulo, nas margens inferiores do Rio Tietê e entre êste e o Rio Paranai-ba” (2).

O que se encontra na edição original de von Martius, de 1867, é lição um pouco diferente, pela qual os Caiapó são

(1) Francisco José de Lacerda e Almeida, “Diários de Viagem”, ed. INL, pref. do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944, pg. 80. — Grifos nossos.

(2) Hermann von Ihering, “A Antropologia do Estado de São Paulo”, in RMP, Vol. VII, pg. 219.



também localizados na região balisada pelos rios Tietê e Paranaíba e ao Nordeste do rio Pardo, a mesma área indicada por Carvalho Franco, apenas pouco mais restrita. Isso porém ao tempo de von Martius (3). É significativo, entretanto, que von Ihering aceite esta localização referida a um tempo passado, a “antigamente”, o que coincide com a opinião do historiador Carvalho Franco, que coloca os Caiapó, em 1608, no sertão compreendido pelo “rio Tietê abaixo, indo para Mato Grosso e para Goiás” (4). E mais recentemente, o mestre de Etnologia e pesquisador de renome, Prof. Egon Schaden, o afirmava categoricamente ao escrever: “Grande extensão do Estado [de São Paulo], compreendida entre o Rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do Triângulo Mineiro, do sueste de Mato Grosso e do sul de Goiás, constituíam o habitat de uma tribo Jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais” (5).

Alguns dados relativos ao período indicado, colhidos da documentação disponível, permitem-nos confirmar essa impressão de proximidade e concluir, ademais disso, que os Caiapó eram tidos então na conta de amigos dos brancos e como tais merecedores da proteção das autoridades, da Câmara de São Paulo, de toda a comunidade no seu conjunto: eram índios comarcãos, como na época se dizia a respeito dos que se achavam estabelecidos na periferia ou pouco além dos limites daquilo que consideravam a área de influência do corpo político-social do planalto paulistano.

#### *Relações pacíficas com os brancos*

Um primeiro indício de relação de proximidade entre os Bilreiros e o povoado nos inícios do século 17 ressalta de quanto se apura acêrca dos movimentos de uma bandeira de 1607, aquela a que já nos referimos, chefiada por Belchior Dias Carneiro. No ano citado, êsse sertanista partia

- 
- (3) Carl Friedrich Phil. v. Martius, “Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerika's zumal Brasiliens”, Leipzig, 1867, Tomo I, pg. 264. — Trecho traduzido, a nosso pedido, pelo Prof. Herbert Baldus.
- (4) F. A. Carvalho Franco, “Dicionário”, cit., pg. 340. — É de notar que também Afonso de Taunay concluía pela localização dos Caiapó ou Bilreiros na altura do “médio Tietê” (Afonso Taunay, “História Geral das Bandeiras Paulistas”, ed. H. L. Canton, S. Paulo, 1924, Vol. I, pg. 190).
- (5) Egon Schaden, “Os primitivos habitantes do território paulista”, in “Revista de História”, S. Paulo, n.º 18, 1954, pg. 396. — O designativo “meridionais” é para distinguir êstes Caiapó dos localizados ao norte de Goiás.

de São Paulo à testa de uma entrada para fins de preação de índios e descobrimento <sup>(1)</sup>, estando nos seus planos, ao atingir certa altura do caminho para a zona a ser pesquisada, passar por um aldeamento de Caiapó e negociar com eles. Os termos constantes de certos papéis acostados ao inventário desse sertanista, falecido no ano seguinte, comprovam tal intenção. Entre outros, os de um rol escrito quase todo por ele próprio, relativo a transações que ia fazendo com seus companheiros de jornada <sup>(2)</sup>. Encontram-se aí expressões como: “Devo a Pascoal Delgado nove varas de pano... Mais a meu sobrinho Domingos Fernandes um capote de crize azul para dar ao principi... bilreiro” / “Rol dos gastos de Diogo Moreira uma espingarda de pederneira... E mais um facão para lhe comprar uma peça dos bilreiros...” (loc. cit.).

Como se sabe, nas visitas às aldeias indígenas, para firmar tratados, resgatar “peças”, fazer barganhas, comprar objetos ou mantimentos, era de praxe levar o chefe branco presentes para os “principais”, anciões, tuxáuas, xamãs, em testemunho de intenções pacíficas, respeito e amizade. No caso acima, além do facão para ser trocado por uma “peça dos bilreiros”, havia o capote de crize azul a ser oferecido ao “principal bilreiro”. A tropa levava, para barganhas e presentes, quantidades de anzóis de ferro, cunhas, facões, escropos, cortes de tarefa azul e de outros panos e peças de fita encarnada larga (pgs. 196-98), tudo confiado ao capitão, que por sinal era também “língua da terra”.

Cêrca de 15 meses após o início da jornada, Belchior Carneiro falece no sertão <sup>(3)</sup>. Em 26 de junho de 1608 eram arrolados os bens que levava, por dois avaliadores designados pelo capitão substituto, Antônio Raposo. A essa

(1) I. T., Vol. II, pgs. 111 e sgs.; ACMSF, Vol. II, pg. 236. Costuma-se dizer das bandeiras em geral que o descobrimento era capa para o apressamento do gentio. Esta fôra ordenada pelo provedor das Minas e, como ocorreu com a maioria das entradas, levava o duplo objetivo do ouro e do índio. O próprio Carvalho Franco, representando uma espécie de suma dos Autores, diz a respeito de certos participantes desta entrada que chegaram a trazer algum ouro “colhido ao acaso” (loc. cit.).

(2) Ob. cit., pg. 196.

(3) Fizera êle o seu testamento em 8 de março de 1607, “estando de caminho para fora”. Em 25.12.608 apõe-lhe o “cumpra-se” o vigário João Pimentel. Nessa ocasião, ao requerer a posse dos índios de serviço, a viúva do sertanista, Hilária Luis, expõe ao governador: que, por lhe terem trazido “do sertão certas peças do gentio da terra da entrada em que foi seu marido que Deus tem por capitão-mor por mandado do provedor Diogo de Quadros a descobrimento de ouro e prata e mais metais...” (loc. cit.).

altura já os Bilreiros tinham ficado para trás e com eles os sertanistas haviam feito negócios e resgates, fato que comprova a índole pacífica destes índios e põe de manifesto que o apresamento dos Caiapó não era objetivo da entrada. Diz-se num documento datado de 29 do mesmo junho, lavrado pelo “escrivão do arraial”, que o capitão substituto ordenara “que se pagasse a Manuel Requexo cento e cinqüenta mãos de milho que vendera ao capitão Belchior Carneiro e por sua morte requerer o dito Manuel Requexo... lhe mandasse pagar visto dar-lhe a mão de milho nos bilreiros à razão de dois reales a mão...”. Compreende-se: quando a tropa estivera invernando junto dos Bilreiros, Requexo vendera a Belchior Carneiro a referida quantidade de milho, gênero esse possivelmente barganhado por Requexo com os próprios Bilreiros e depois cedido ao capitão (4).

Que a tropa tratara com os Bilreiros e em seguida prosseguira viagem, deixando-os à retaguarda, melhor ainda se confirma por um item do rol redigido por Belchior Carneiro, em que diz ter recebido de João Moreira “um facão para lhe comprar uma peça dos bilreiros a qual peça ele tem em seu poder por nome Guaguaroba” (pg. 197). Isto escrevia o sertanista pouco antes de sua morte.

Não se pode verificar destes documentos se Belchior Carneiro faleceu de doença, acidente ou ferimento causado por índio hostil, mas numa ata de fevereiro de 1609, na qual se fala dessa entrada, diz-se que o gentio viera “contra o dito Belchior Carneiro” (5). Ao morrer, a tropa já havia assaltado agrupamentos nativos para saques e apresamento, tendo depois disso alguns dos apresados conseguido escapar, levando na fuga objetos de resgate. Consta da parte final do referido rol, ao que parece já escrito por outro membro da expedição: “Logo o primeiro gentio que tomamos furtaram as cunhas e mais ferramentas... um negro [índio] de uma vez levou dez cunhas” (pg. 198).

Não eram, no entanto, índios Bilreiros esses que a tropa atacara e aprisionara, mas Tememinó, como faz certo a nota de entrega das “peças da partilha” do capitão falecido a um seu cunhado, também participante da jornada (pg. 158): “Foram entregues a Mateus Luís Grou peças do seu cunha-

(4) Idem, pgs. 155, 159.

(5) ACMSP, Vol. II, pg. 236.

do Belchior Carneiro que Deus haja como curador vinte e seis peças do gentio tememinó que o dito capitão defunto tinha de suas partilhas e seis de casa que são por tôdas trinta e duas...". Compreende-se: seis índios que êle levará de casa e vinte e seis Tememinó que lhe couberam na divisão da prêsa.

Tôdas as provas concorrem, portanto, para mostrar que nessa fase os Caiapó viviam em paz com os brancos e que êstes os procuravam amigavelmente a fim de resgatar escravos, fazer barganhas e possivelmente comprar mantimentos e obter o concurso de guias para andanças mais além. Confirma-se, ademais disso, que os Bilreiros estacionavam já por certo tempo num mesmo sítio, desde antes de 1607, pelo fato de ter havido trato com êles em ocasião ou ocasiões anteriores à desta jornada, possivelmente com a participação do próprio Belchior Carneiro. É o que já indicava a sua intenção de avistar-se com os Caiapó e transacionar com êles, levando-lhes as dádivas de praxe; e mais ainda porque no seu citado rol o sertanista se referia não apenas ao presente destinado ao "principal bilreiro" e ao facão para "comprar uma peça dos bilreiros", mas também a umas varas de pano e serem dadas ao "velho Temocauna" (6), provavelmente algum tuxáua ou xamã da aldeia, referência que denota conhecimento e trato anteriores com elementos da tribo.

No ano seguinte ao da partida de Belchior Carneiro, outra expedição, esta comandada por Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, sai de São Paulo e vai, ao que tudo indica, manter contacto com os Bilreiros. Em agosto de 1608, num certo "pôrto do Rio Anhembi", é redigido o testamento de um sertanista que estava em companhia do citado cabo, pronto "a o acompanhar aonde são os bilreiros" (7). Os participantes dessa jornada teriam perecido no sertão, salvando-se apenas uns poucos; dizia-se a propósito em papel oficial de 1612: "porquanto não há novas da gente que foi na companhia de Martim Rodrigues e se terem to-

(6) "Devo mais a Antônio Rodrigues seis varas de raxeta que me deu para o velho Temocauna a seis patacas a vara" (pg. 196).

(7) I.T., Vol. 2, pg. 359; ver também I.T., Vol. 11, pg. 24. Testamento de outro entradista da mesma jornada, redigido em termos semelhantes. "Aonde são os Bilreiros" é uma indicação valiosa em apoio do que temos dito a respeito do prévio conhecimento da localização dos Caiapó e da permanência dêstes em sua estância.

dos por mortos" (8). Não há certeza, porém, quanto à identidade de seus matadores; apenas — acrescentamos — a de que não foram os Bilreiros. Como referiremos adiante, entende Roque Leme da Câmara que os expedicionários chegaram até o rio Pará, contrapondo-se-lhe Carvalho Franco dizendo que "ao certo seria na célebre região do Paraúpeva" (9). É o que nos parece, em face das experiências anteriores dos paulistas, mesmo porque o nome do rio Pará era dado também, a esse tempo, ao São Francisco (10).

Entendem os autores sem discrepância que esses homens foram aos Bilreiros ou Caiapó pelo rio Tietê (Anhembí); e na opinião de alguns, teriam morrido às mãos de tais índios. Mas o fato de estarem num pôrto do Tietê prontos para partir não queria dizer que iriam necessariamente por via fluvial, assim como nada confirma terem sido eles mortos pelos Bilreiros, os quais como mostraremos adiante ainda em 1613 permaneciam mansos e pacíficos em sua aldeia recebendo com amizade aos brancos que os visitavam.

Sabemos que num dos portos do Tietê (Putribu-Pirapitingui) os homens das entradas também se reuniam para iniciar a caminhada, no rumo do sertão (11), a pé ou a cavalo; como sabemos que Martim Rodrigues estivera antes — com um bando chefiado por Domingos Rodrigues — na região do Paraúpeva: no seu inventário, aberto por não regressar desta entrada de 1608, constava "uma negra por nome Guayá digo da nação Guoayá", escrava "da entrada de Domingos Rodrigues de Paraúpeva" (12), além de um bom número de escravos Tememinó (13).

Dizer que iam aos Bilreiros podia ser simples alegação, pois não era proibido procurar para tratos e "resgates" o

(8) Carvalho Franco, "Dicionário", cit., pg. 15.

(9) I.T., Vol. 3, pg. 255.

(10) Falando dos índios Amoipira, assim chamados em razão do nome Amoipira do seu principal, dizia Gabriel Soares de Souza: "ao longo deste rio de S. Francisco, a que o gentio chama o Pará..." (Gabriel Soares de Souza, "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", Brasileira, São Paulo, pg. 410). Segundo Teodoro Sampaio, o gentio chamava o S. Francisco também por Pirapitinga, nome que os portugueses simplificavam para "o Pará" (Cf. Teodoro Sampaio, "O Tupi na Geografia Nacional", in RIHGB, 1928, Vol. 54, pg. 331).

(11) Veja-se nosso trabalho sobre "Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo".

(12) I.T., Vol. 2, pg. 6. — Seu inventário foi aberto em 1612, "por ser ido ao sertão e se dizer ser lá morto" (pg. 5).

(13) Idem, ibidem, pg. 7.



gentio pacífico e amigo. Como no caso de Belchior Carneiro, estes homens teriam ido primeiro aos Bilreiros para alguns negócios e reabastecimento, seguindo depois empós de índios bravos, pois destes é que, sem necessidade de “resgate” podiam arrebanhar grandes quantidades, ao preço apenas dos poucos gastos com alimento, pólvora e chumbo.

### *Traição e violência contra os Caiapó*

Depois dessa entrada de 1608, realiza-se — comprovadamente — uma outra, em 1612, esta comandada por Garcia Rodrigues Velho e que, ao contrário das anteriores, pouco tempo se demoraria no sertão: saída na segunda metade de 1612, já em novembro do ano seguinte se achava de regresso, o que leva a supor não tenha ultrapassado a área em que se situava a aldeia dos Caiapó. Mas não foi apenas por esse aspecto que a tropa de Garcia Rodrigues Velho destoou das que a haviam precedido nos contactos com os Bilreiros. Na sessão da Câmara de São Paulo do último de novembro de 1613, o procurador do Concelho pedia que se notificasse “Garcia Rodrigues que ora é vindo do sertão viesse a esta Câmara a dar conta [do] que fêz, ou [do] que se fêz dos bilreiros” que havia trazido de sua entrada. Estava informado de “que os traziam repartidos”, e isso apesar de os Bilreiros viverem “de paz em a sua aldeia, fazendo muito gasalhado aos brancos que lá iam”. Queria, por isso, que tais índios fôsem restituídos à sua aldeia (1).

Por serem conhecidas, deixava de expor as razões do seu pedido, mas já numa vereança de 1608 se havia dito que alguns moradores “se apoderavam de índios que pelo caminho se achavam aposentados”, o que era prejudicial ao bem público, “porquanto se eles vinham de pazes a meter conosco, que mais razão era ajudá-los a vir que não afugentá-los nem agravá-los”, pois com isto havia o perigo de se transformarem em inimigos; “porque se se tornassem a levantar seria muita perda desta capitania como é notório...” (2).

Tanto neste caso de 1608, como no dos Bilreiros de 1613, se havia tal preocupação com o problema era por se tratar de comunidades nativas que mantinham relações com os núcleos povoados (São Paulo, Parnaíba) e procuravam a

(1) ACMSP, Vol. 51, pg. 343.

(2) Idem, ibidem, pg. 223.

sua vizinhança. O problema não existiria se estivessem localizadas a distância considerável, fora do campo de influência social, cultural e econômica dos grupos de moradores brancos tomados em seu conjunto.

“Virem de pazes a meter conosco” queria dizer exatamente não se esquivarem aos contactos, sustentando antes uma participação ativa nas relações de vizinhança, donde o interesse dos pro-homens de São Paulo na manutenção de condições de paz, amizade, intercâmbio, condições que garantiam as possibilidades presentes e futuras da ação ecumênica a ser exercida pelos núcleos urbanizados sobre as comunidades nativas.

Não estavam, por conseguinte, os aludidos Bilreiros, ou Caiapó, que em sua aldeia faziam “muito gasalhado aos brancos que lá iam”, localizados nas terras distantes do Planalto Central onde seriam encontrados mais tarde; aí, qualquer que fôsse o seu comportamento, dêle nenhum prejuízo decorreria para o bem-estar e a segurança dos moradores do circuito de São Paulo, pois a uma lonjura tamanha, nem mesmo existiria o perigo de se levantarem.

Era fenômeno comum entre os indígenas a mudança brusca de disposição de ânimo e de comportamento em relação aos brancos, mas sempre provocados por maus tratos, agravos, coação mental ou física, o que implicava em proximidade e contactos repetidos como condição preexistente. Já nos tempos do padre Manuel da Nóbrega, meados do século 16, tais mudanças eram registradas, e em alguns casos, segundo alegavam os depoentes, sem um motivo perceptível para os europeus, melhor dizendo sem um motivo lógico à percepção dos brancos. Relatava o missionário, por exemplo, em agosto de 1557, escrevendo da Bahia, que aí, tendo uns brancos feito certas aleivosias a índios pacíficos, “se alevantarem todos os daquela parte... e têm já feito muito mal” (3). Dos índios de Piratininga, que haviam todos fugido depois de anos de doutrinação, escrevia Anchieta em 1562 que “os mais dêles vivem como dantes, maximé aquêles que tiveram melhor conhecimento das coisas da fé, como os rapazes e moças, que se criaram de pequenos na

---

(3) Manuel da Nóbrega, “Cartas do Brasil e mais escritos”, Coletânea, introdução e notas do padre Serafim Leite, ed. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1955, pg. 256.

doutrina, os quais todos estão perdidos...” (4). Em 1728, ao ordenar guerra contra o gentio que pressionava os arraiais de Cuiabá, Rodrigo César de Menezes irá alegar, entre outras circunstâncias justificadoras da medida extrema, que “os que habitam nas vizinhanças destas Minas, depois de estarem com os brancos com bom tratamento, tornaram a fugir alguns para o sertão, matando aos brancos que os haviam metido de paz...” (5). A isto anotava Toledo Piza, pesquisador dos documentos do arquivo Público do Estado, do qual foi diligente diretor, que “a audácia dêstes indígenas [os que infestavam Cuiabá e seus caminhos] foi-se aumentando sempre dêsse tempo em diante e tornaram-se êles temerosos dentro de poucos anos” (6). Mas é curial que na origem dêstes repentinos antagonismos estavam as traições com que os tratavam os sertanistas ou a opressão física e mental dos padres.

Os têrmos da ata de 1608, se bem examinados, levam mesmo a crer que antes dessa data índios até então pacíficos, aldeados em determinado lugar, se haviam rebelado por causa de atitudes desleais de brancos: diz o redator da ata que a êsses que estavam aldeados “pelo caminho”, “ao longo dêste rio Anhembi”, e que portanto buscavam com sãos propósitos a vizinhança dos colonos — “vinham de pazes a meter conosco” —, não convinha agravar, “porque se tornassem a levantar seria muita perda para esta capitania, como é notório”. Esta argumentação demonstra ter havido antes da data da mencionada ata levantamentos de indígenas mansos motivados por agravos recebidos. Por isso mesmo, o redator acrescenta — “como é notório” — referindo-se naturalmente a experiências já conhecidas dos moradores. Não fazia uma suposição no vago, antes apontava o que podia acontecer, por já uma ou mais vêzes ter

---

(4) Cartas de Anchieta, em Serafim Leite, “Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, S. Paulo, 1954, Vol. III, pg. 455. — Já deixamos comprovado, por sinal, que a transferência da sede da Vila de Santo André para o campo de Piratininga, em 1558, fôra possibilitada pela fuga em massa dos índios que estavam sendo aí doutrinados; fuga que se verifica sem motivo aparente, conforme explicava o padre Luis de Grã em expressiva carta. Possibilitada porque com o abandono pelos índios das terras das cercanias da casa dos jesuítas, as autoridades locais puderam ocupar a área com o nôvo rossio da vila, o que obrigou os padres, que já haviam pedido — por via do reino — grande sesmaria em Piratininga, a optar por outra paragem (Cf. Mário Neme, “Notas de Revisão da História de São Paulo”, Anhembi, São Paulo, 1959, pgs. 176 e sgs.).

(5) D.I., Vol. 13, pg. 135.

(6) Idem, ibidem, pg. 136, nota de rodapé.

acontecido, “como é notório”. Tôda esta hipótese ainda mais se robustece mediante a informação que aparece na ata de 1613, acima citada, na qual se diz que os Bilreiros trazidos por Garcia Rodrigues viviam em paz e em sua aldeia faziam “muito gasalhado aos brancos que lá iam”. E como vimos, destoando completamente do comportamento dos que o precederam (7), o bando de Garcia Rodrigues Velho usa de violência ou traição para trazer Bilreiros escravizados, sendo por isso o seu chefe acremente recriminado na Câmara de São Paulo.

Resumindo, temos que nos princípios do século 17 os Caiapó, também chamados Bilreiros, eram um povo pacífico e assentado, mantendo relações amigáveis com os brancos de São Paulo. Estes os visitavam com freqüência, quando em caminho para terras mais distantes, provávelmente por necessidades de guias e provisões de bôca. Sua estância ficava, como acreditamos ter deixado demonstrado, em algum ponto do atual território paulista seguindo-se da vila de São Paulo ou da povoação de Parnaíba na direção Noroeste.

Farece, no entanto, que por êsse tempo — princípios do século 17 — havia também Bilreiros na área entre o Parapanema e o Uruguai. Na sua “Relação da Província do Brasil”, de 1610, o padre Jácome Monteiro referia-se a Índios Bilreiros, dêles descrevendo apenas os dois tipos de arma — borduna e arpão farpado — que usavam. Não os identificava com qualquer outra parcialidade, nem os localizava geograficamente, mas tudo indica que se tratava de indígenas situados ao Sul da Capitania, área de que os jesuítas, tanto os de São Paulo (São Vicente) como os do Paraguai, tinham melhor e mais extenso conhecimento.

Os Bilreiros do padre Monteiro seriam os mesmos Ibiraiara a que os jesuítas vinham aludindo desde os tempos de Anchieta e cuja identificação seria feita, efetivamente, pouco mais tarde, por dois autores de histórias parciais da Companhia de Jesus, os padres Baltazar Teles e Simão de Vasconcelos. De acôrdo com depoimentos de jesuítas espanhóis, os Ibiraiara eram em fins do século 16 e inícios do

---

(7) Recorde-se o que dissemos sôbre o prêvio conhecimento que Belchior Carneiro tinha dos maiores da tribo; e sôbre a expressão “aonde são os Bilreiros”, que também denota conhecimento anterior do sítio em questão.

17 inimigos dos castelhanos do Rio da Prata e Paraguai, amigos dos portugueses de São Paulo, aos quais vendiam índios do Sul, que caçavam, especialmente os Tape; havendo mesmo prepostos dos paulistas vivendo entre eles. Dêses e de outros dados sôbre tais indígenas tratamos em nota complementar a êste trabalho <sup>(8)</sup>, mas os poucos acima indicados revelam que também os Bilreiros do Sudoeste de São Paulo eram por êsse tempo aliados e amigos dos paulistas, tanto quanto os que então habitavam o território acima do médio e baixo Tietê.

Mas êstes Bilreiros ou Caiapó do Tietê, já em 1671-76, como vimos atrás, eram apontados como uma nação cruel e belicosa, tal como dela se iria dizer nos começos do século seguinte, quando entra em conflito prolongado com os invasores de suas terras. Importaria por conseguinte tentar averiguar, mesmo aproximadamente, como, quando e porque ocorreu essa mudança.

#### *Mudança e deslocação dos Caiapó*

Acreditamos que o procedimento dos homens da jornada de 1613, aprisionando individuos da tribo contra a vontade de pais e chefes, mesmo que não viesse a repetir-se no tempo e no espaço, teria sido bastante para indispor os indígenas contra os brancos; e tudo indica que o início da mudança se verificou efetivamente a essa altura, quando também se deslocam da paragem que ocupavam. Já a bandeira que parte em seguida a esta (em 1615), e que segundo os autores seguira no mesmo rumo Noroeste para a área do Paraúpava, não mais teria encontrado os Caiapó no meio do seu caminho, porquanto é certo que nos papéis referentes a essa tropa de 1615 não aparece qualquer referência ou alusão aos Bilreiros <sup>(1)</sup>. E desde então, vários decênios vão decorrer até que sertanistas de São Paulo voltam a perlustrar aquela região e a defrontar-se com os Bilreiros, já agora, porém, em têrmos francamente beligerantes.

O comportamento dos paulistas, que a esta altura se voltam maciçamente para as partes do Sul e Sudoeste, para os bojudos aldeamentos de nativos reduzidos pelos jesuítas

---

(8) Veja-se Nota A, no fim dêste trabalho.

(1) I. T., Vol. 5, pg. 196. — Testamento de Pero Araújo, participante da jornada, redigido em 25 de abril de 1616.

espanhóis, seria igualmente um indício das dificuldades surgidas a Noroeste em virtude da transformação pela qual passam os Caiapó. Em consequência, todo o sertão daquela parte do planalto central, que tanta atração vinha exercendo sobre os paulistas, fica esquecido pelo espaço de uns quarenta anos e somente volta a ser visitado após o recuo das reduções jesuíticas espanholas e o adestramento dos seus índios no manêjo de armas de fogo e nas táticas de combate, depois que sucessivos bandos de paulistas são ali derrotados e até massacrados.

Nova referência aos Bilreiros vamos encontrar em 1650, e referência que vem confirmar não apenas a existência de um caminho de terra para a antiga estância d'esses índios, mas ainda a efetividade do seu deslocamento em massa para regiões mais distantes. No ano referido procede-se ao inventário dos bens deixados por um morador do bairro de Pirapitingui, no termo da vila de Parnaíba, bairro mais chegado à então povoação de Itu do que ao perímetro urbano da vila. Sitante e sertanista como muitos outros, Bernardo Bicudo teria feito várias perquirições por rumos não identificados, até que em março de 1649, estando para partir numa bandeira de Francisco de Paiva, redige o seu testamento, por precaução em vista dos perigos que ia enfrentar. Veio de fato a falecer no sertão, talvez nesse mesmo ano, tendo-se começado a execução do seu inventário em agosto de 1650. Refere-se nessa peça que Bernardo Bicudo possuía, entre outros bens móveis e de raiz, "meia légua de terras de matos maninhos em Capibari na estrada velha do sertão para o sertão dos Bilreiros" (2).

Esta informação em papel de 1650 nos ajuda, antes de mais nada, a compreender as expressões das atas de 1608 e 1613, onde a propósito de índios pacíficos estabelecidos a certa distância das povoações da zona do alto Tietê, rio também chamado Anhembí, se fala em aldeias indígenas existentes "pelo caminho" e "ao longo d'este Rio Anhembí". Por outro lado, o qualificativo "velha", designando em 1650 uma estrada para determinada parte, denota uma sucessão no tempo: indica a passagem de um período de não-utilização do caminho seguindo-se a um outro de uso freqüente. Com relação ao caso presente, estes dois períodos encaixam-se no quadro de tempo estabelecido pelos dados que

(2) I. T., Vol. 15, pg. 181. — Grifos nossos.

temos apurado sôbre o assunto, de acôrdo com os quais a fase de uso generalizado do caminho giraria em tórno de 1610; a do abandono, em redor de 1620; isto tudo nos levando a supor tenham sido adquiridas as terras “em Capibari” por volta de 1630-40, quando já seria bem conhecido o fato de estar em desuso a “estrada para o sertão dos bilreiros”. Esta suposição nos parece de todo em todo plausível, em vista do que se conhece sôbre o movimento de penetração dos paulistas até a época em questão (3).

Note-se, mais, que a expressão “estrada para os bilreiros” significava, não uma verdadeira estrada (impossível nas condições de tempo e lugar), mas um caminho de uso mais ou menos continuado e com um ponto certo de destino; não uma trilha de penetração eventualmente utilizada por entradistas, mas uma rota bem conhecida e bem batida, a ponto de merecer o qualificativo de estrada. E como estrada, que nos começos do século 17 levava a uma aldeia de índios, aldeia à qual os povoadores iam constantemente, não deveria ter um percurso muito longo.

Conciliando o que sabemos acêrca de uma entrada como a de Belchior Carneiro ao sertão hoje de Minas e Goiás, passando antes pelos Bilreiros, com a noção ou idéia de “estrada” do redator do inventário de 1650, podemos abarcar visualmente a configuração geográfica da situação: a estrada partia da área povoada e chegava até a um ponto não muito distante, até ao perímetro da aldeia daqueles índios, seu ponto de destino. A partir daí, do perímetro da aldeia, haveria uma ou mais trilhas pelas quais o viajante poderia prosseguir a caminhada, seguindo avante, na mesma direção ou com desvio de rumo; trilhas que não eram, todavia, continuação da estrada, apenas picadas, ou veredas, sem as características de ordem física e de uso geral que haviam conferido o título de estrada ao caminho que ia do povoado à aldeia dos Bilreiros. Vemos, assim, que também com relação à “estrada velha” de 1650, direta-

---

(3) Veja-se o que dissemos a respeito em nosso livro “Notas de Revisão da História de São Paulo” nos capítulos XII a XVI, parte segunda, “No Campo de Piratininga”; nos quais deixamos demonstrado que até os fins do século 16 todo interesse e tôdas as atenções dos sertanistas de São Vicente e depois de São Paulo, bem como dos jesuítas do Padre Manuel da Nóbrega, se voltavam para a região do Sul e Sudoeste, onde constava existir minas de ouro e prata e onde havia abundância de índios mansos, lavradores, muito apetevidos para escravos como para catecúmenos, além dos mencionados Ibraiara.

mente ligada à estância dos Caiapó, a conclusão é pela presença dessa gente em pleno território hoje paulista, seguida de deslocação para áreas mais distantes.

De todos os dados expostos, em conjunção com outros de que tratamos no estudo atrás citado, podemos concluir que a estância dos Caiapó nos começos do século 17 ficava em algum ponto do trajeto que vai da barranca do Tietê, na altura de Putribu-Pirapitingui, à área situada junto das cabeceiras do São Francisco, área que abrange hoje terras goianas e mineiras, na qual estacionavam então os Tememinó, índios que foram apresados por Belchior Carneiro depois de sua passagem pelos Bilreiros, e apresados também por volta de 1603 pelos homens de uma bandeira de Nicolau Barreto, da qual logo diremos alguma coisa.

Num ponto indeterminado do referido trajeto, em terras ainda hoje paulistas, morria o caminho que demandava a estância dos Caiapó, pois tratava-se de uma estrada “para o sertão dos bilreiros”, uma estrada que levava à paragem habitada pelos Bilreiros. Mas dessa estância — como já dissemos — ou de várias partes do sertão em que ela se situava, saíam ramais para diferentes rumos, entre eles o que levava às nascentes do São Francisco. Ramal este que em certa altura se desdobraria em diversos outros, para baixo e para cima, alcançando terras do sul da serra da Canastra e ao norte do Paranaíba, as cabeceiras do Araguaia e do Tocantins, terras então habitadas, no seu conjunto, por Tememinó, Amoipira, Goiás e índios de outras nações (4). Recorde-se que Belchior Carneiro, depois de tratar com os Bilreiros, prosseguiu em busca dos Tememinó, o mesmo devendo ter antes acontecido com Nicolau Barreto, que arrebanhou Tememinó e Amoipira em grande quantidade (5).

#### *Nova estância dos Caiapó*

Temos, pois, que os Bilreiros ou Caiapó — mais tarde encontrados em paragens além Paraná e rio Grande — teriam sido para aí deslocados da sua antiga estância após

(4) Veja-se nosso trabalho sobre “Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo”.

(5) Essa bandeira esteve em 1603-4 “no rio de Goiabihi” (rio das Velhas), “no sertão e rio do Paracatú”, “Neste sertão e limites que povoam os gentios tomiminós”; dizendo-se ainda em um de seus papéis: “tais como os mais que neste sertão se repartiram da nação tomiminó e a [moi] pira” (Veja-se o trabalho citado na nota anterior).



um período de contactos amigáveis com os colonizadores, em princípios do século 17. É de notar, primeiro, que em 1650 se dizia que a estrada para o sertão dos bilreiros era uma “estrada velha”; e, segundo, que dessa estrada não mais se voltaria a falar, depois de 1650, relacionada com os Bilreiros.

O qualificativo “velho” com relação a um caminho pode significar que este está sendo usado desde muito tempo antes, como pode significar que tal caminho já não mais se usa para determinado destino. No caso de que tratamos, a aposição do termo “velha” à estrada para o sertão dos Bilreiros quereria dizer que ela já não mais levava ao sertão dos Bilreiros, e isso apenas porque estes Bilreiros se haviam retirado do ponto para onde a estrada conduzia, tendo-o feito com anterioridade suficiente para justificar a classificação do velho ao caminho em questão — o que significaria que bem antes de 1650 tais índios se haviam deslocado para outra ou outras paragens, deixando por consequente de levar a eles a estrada que para isso servira anteriormente. Este raciocínio, conjugado com fatos já sabidos derivados de expressões das atas citadas da Câmara de São Paulo, nos confirma na conclusão de que a deslocação dos Caiapó se processara logo após o contacto que tiveram com a tropa de Garcia Rodrigues Velho, em 1613, embora não se tornassem desde logo tão cruéis e belicosos como os depoimentos dariam depois a entender.

Sabe-se, no entanto, que alguns autores colocam os Bilreiros, já antes desse período, junto do Paraúpava, rio que seria um dos afluentes formadores do Tocantins, senão o próprio Tocantins (1), no planalto central; e isso com relação a algumas entradas, entre 1607 e 1616, feitas pelos mencionados Belchior Carneiro, Martim Rodrigues, Garcia Rodrigues Velho e ainda, ao que dizem, por Antônio Pedroso de Alvarenga. Desses autores discorda, porém, Carvalho Franco, pelo que indiretamente se deduz das suas asserções. O autor do “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil” limita-se a situar Garcia Rodrigues Velho, em 1612-13, no “sertão dos caiapós”, sem avançar que ele teria alcançado o sul de Goiás; o mesmo fazendo no caso das

(1) Lê-se em “Relatos Sertanistas” (informações dadas por Antônio Pires de Campos): “O rio Araguaia faz barra no Paraúpeba que corre do sul quase ao norte...”; e na demonstração de caminhos por um anônimo: “por este Rio dos Tocantins a que os Paulistas chamam Paraipabá...” (Cf. “Relatos Sertanistas”, cit., pgs. 198, 206).

duas entradas anteriores, uma — a já por nós discutida — de Belchior Carneiro, em 1607, da qual apenas diz que embarcou “no pôrto de Pirapitingui, no Tietê, para a região dos bilreiros”; outra, em 1608, de Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, que — afirma — desceu o Tietê com o fim de atingir o sertão dos Bilreiros, mas que veio a falecer nesse sertão com quase todos os seus companheiros. Depois de Garcia Rodrigues Velho (em 1613), diz-se que uma bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga é localizada em 1616 na região do Paraúpava, em cuja relação de prêsas, entretanto, só se encontram referências a “carijós” e “gualachos” — índios então situados abaixo do Paranapanema — nada sôbre Bilreiros ou Caiapó (2).

De todos êsses casos, o único em que se chegou a fazer uma correlação entre Bilreiros e uma região fora do atual território paulista foi o acima referido de Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, cuja bandeira é quase tôda dizimada em sertão não identificado, mas que o genealogista Roque Leme da Câmara afirma ter sido no Rio Pará (3), sem que haja entretanto qualquer documento ou indício que o confirmem.

Em 1671-76, como foi referido, uma bandeira paulista era totalmente dizimada na zona do Araguaia por duas nações indígenas, sendo uma delas a dos Bilreiros. A notícia do massacre é enviada a Lisboa, por via do Pará, pelo padre Antônio Raposo, por sua vez encarregado de pesquisar ouro na região Tocantins-Araguaia, a qual êle percorre entre os anos acima citados. Dizia então o padre Raposo que os Bilreiros eram uma nação “cruel e belicosa”; mas atribuía o desenlace havido com a bandeira paulista ou a descuido de sua gente ou a ambição de cativar gentio (4).

Queremos crer que o caso se tenha passado segundo a última hipótese; que os Caiapó não tiveram a iniciativa do ataque, apenas se defendendo ao serem assaltados pelos sertanistas. Ao que conseguimos apurar, é somente numa fase posterior, cêrca de meio século mais tarde, após o descobrimento do ouro de Cuiabá e de Goiás e conseqüente inva-

(2) Cf. F. A. Carvalho Franco, “Dicionário”, cit. pgs. 425, 101, 15 e 24.

(3) Cf. Roque Luís Macedo Leme da Câmara, “Nobiliarquia Brasiliense”, in RIHGSP, Vol. 32, pg. 210. — Ver a respeito o que dissemos na Nota 10 do capítulo “Relações pacíficas com os brancos”.

(4) Cf. Carvalho Franco, “Dicionário”, cit., pg. 61.

são de áreas do Planalto Central onde se localizavam as “terras domiciliares” dos Caiapó, que estes índios passaram a hostilizar os brancos mesmo quando não diretamente provocados; embora para eles não deixasse de ser uma ameaça e típico ato de guerra o crescente avanço de mineradores e sertanistas para dentro das fronteiras do seu domínio.

Convencem-no da hipótese apontada no caso da tropa de 1671 certos fatos ocorridos com a bandeira descobridora do Anhanguera, em 1722, meio século volvido. E ainda porque a fama, já em 1671-76, de que os Caiapó eram cruéis e belicosos só podia provir do comportamento destes índios em relação com outras nações indígenas suas vizinhas, porquanto desde 1620 até agora, 1670, não se registrara praticamente qualquer contacto de brancos com os Bilreiros. E depois disso, nenhum outro teria havido até a época em que o Pai-Pirá, ao recensear seus conhecimentos e experiências sertanistas anteriores ao ano de 1730, informava dos Caiapó que “o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações” (5).

Em 1722, um dos componentes da bandeira do Anhanguera, o reinol Silva Braga, descreve o encontro que tiveram com os Caiapó do Araguaia (6). A estes índios ele dá o nome de Quirixá, mas não há dúvida de que se tratava dos próprios Caiapó: eram indígenas tapuais que usavam de arcos e flechas e de porretes; viviam aldeados (pouco mais de 600 almas em 19 ranchos); andavam nus, homens e mulheres; cultivavam milho, batatas, caju, palmitos; possuíam grande cópia de cabaças e panelas, muitas araras e periquitos e “uma grande multidão de cães”. Esta descrição coincide em vários pontos com a que nos dá dos Caiapó o Pai-Pirá, Antônio Pires de Campos; quem, entretanto, muitíssimo mais versado no sertão do que o reinol Silva Braga, não inclui tribo ou nação Quirixá entre as oitenta e tantas que relaciona, numa espécie de balanço geral do gentio bárbaro, abrangendo vasta área desde o rio Paraguai ao Pará e todo o Planalto Central. Tribo ou nação indígena que também não é citada por nenhum sertanista ou etnólogo desse e dos períodos posteriores.

Relata o cronista da bandeira do Anhanguera que a tropa se achava transviada desde que transpusera o Meia

(5) “Relatos Sertanistas”, cit., pg. 181.

(6) Idem, relato do Alferes José Peixoto da Silva Braga, pgs 122 a 137.

Ponte, tendo falecido ao desamparo quarenta e tantos entre brancos e negros; não encontravam indígenas que os informassem ou guiassem. No auge do desespero, toparam com rastros de gentio e trataram de os seguir, “lançando adiante quatro índios a farejar”. Nove dias depois chegam a uma serra “cujas vertentes deságuam para o Norte” (7) e três dias mais tarde avistam uma aldeia com suas rancharias e seus fogos. Emboscaram-se no mato, relata o cronista, “para lhe darmos na madrugada, mas sendo sentidos... quando os avançamos nos receberam com seus arcos e flechas”. Apenas três indígenas chegam a lutar corpo-a-corpo, porque os demais se refugiam nas matas; um deles ataca o sobrinho do Cabo, o qual avançava no seu cavalo; outro, “em uma das suas portas”, fere um dos atacantes, que em seguida recebe nova porretada de um terceiro tapuia. A isto se reduz a refrega: os índios, fugindo, fazem chover flechas sôbre os atacantes, mas sem maior efeito; os três que são alcançados e se defendem, limitam-se a rebater e a fugir, rápido. Os sertanistas se apossam de todos os ranchos da aldeia e de seu conteúdo, recolhendo a um deles, enlaçados em correntes, sete Caiapó que haviam conseguido aprisionar; depositam em outro o milho encontrado e batatas que fazem recolher de vinte e cinco batatais grandes; e apenas espreitados à distância pelos Caiapó, aí passam o tempo, refazendo-se das canseiras.

“Nesse tempo — prossegue o cronista — se tinha humanizado já mais o gentio, buscando-nos e servindo-nos sem arco e flecha, e admirando muito as nossas armas. Ofereceram-nos paz (8), trazendo em um destes dias dezesseis índias ainda moças, muito claras e bem feitas... em sinal de amizade. Repugnou o Cabo a aceitá-las, contradizendo todos os mais companheiros, e eu fui o que mais o persuadia a aceitá-las, dizendo-lhe que na consideração de sermos tão poucos, e êstes fracos e mortos de fome, e muito o gentio, o não escandalizássemos, e que postas em guarda as ditas índias com as mais que se achavam já presas, podíamos facilmente catequizar a todo o mais gentio, não só a ajuste das pazes, mas a darem-nos alguns que nos ensinassem o verdadeiro caminho dos Guaiases” (pg. 127). Por fim, “desconfiado, o gentio desapareceu logo no outro dia,

(7) Só podia tratar-se das atuais serras da Canastra, da Terra Preta e Dourada, que formam um único cordão no atual território goiano.

(8) Página 127. No texto figura “paus” por evidente engano do copista.

temeroso” de que os queriam matar a todos: “Assim nô-lo certificaram as índias que se achavam entre nós” (pg. 128). Isso ocorria por volta de 1723.

Todo o comportamento dêses indígenas, que eram mais de 600, assaltados e desalojados de suas casas e da sua aldeia, e que a despeito de tudo isso procuram convivência pacífica com seus agressores, não se coaduna absolutamente com a idéia de gente cruel e belicosa ou guerreira com que começariam a ser celebrizados daí a alguns anos. Inferência que ainda mais se reforça ao nos lembrarmos das relações amigáveis que os Caiapó — “gentio de assento”, como diria o Pai-Pirá — mantinham com os brancos nos princípios do século anterior.

#### *Caiapó guerreiros*

È com a entrada de levas seguidas de mineradores, aventureiros e traficantes, soldados e colonos, nas terras do domínio dos Caiapó, a partir de 1726, que êstes índios se tornam mais agressivos, especialmente depois que contra êles e outros indígenas do planalto central se instala a guerra de extermínio iniciada por Rodrigo César de Menezes logo após a sua chegada a Cuiabá. Pode dizer-se que passaram então a sofrer os efeitos do estado de guerra, a êle se conformando como condição de sobrevivência.

Sabe-se que êste capitão-general havia feito atrair, por intermédio de pombeiros, um grupo de índios das redondezas para convívio com os mineradores e sitiante de Cuiabá e que, naturalmente por motivo de opressões e maus tratos, êstes índios se rebelaram e se puseram em fuga, não antes de saquear quanto puderam e de ferir e matar os que os tentaram dominar. Da represália que promoveu contra o gentio, represália para a qual não lhe teriam faltado pretextos, dava conta Rodrigo César em carta ao rei, datada de março de 1727, na qual dizia ter feito “marchar ao Cabo que havia escolhido e lhe dei as ordens do que havia de executar, o que fêz, atacando-os vigorosamente primeira e segunda vez, e êles resistindo com tanta fôrça e valor que só depois de verem mortos quarenta e tantos dos seus se renderam e foram trazidos à minha presença, que mandei repartir com igualdade, assim pelo Cabo como aos mais

companheiros, na forma que se estila, ficando sujeitos à administração dos brancos. Espero que outras tropas que despeço tenham o mesmo efeito" (1).

E numa de suas últimas comunicações para o reino, em março do ano seguinte (1728), acrescentava que havia já nomeado os cabos para novas bandeiras, a fim de "atalhar tão perniciosas conseqüências com o remédio mais eficaz, como o de lhes mandar dar guerra, em observância da lei e ordens de Vossa Majestade, em que dispensa [permite] se lhes faça, cativando-os e vendendo-os em praça pública, tirando-se os quintos para a Real Fazenda de Vossa Majestade, e depois de satisfeita a despesa que se fizer com a tropa se repartam as peças que sobejarem com os Cabos e Soldados dela, precedendo tirar-se antes devassa para que constando as nações que ficassem culpadas nelas se lhes fazer a dita guerra..." Aduz que a devassa fôra feita como cumpria e da qual envia cópia; tendo, entretanto, recebido ordem de entregar o govêrno ao seu sucessor, deixa a êste o encargo de concluir o que havia principiado (2).

Não apenas o seu sucessor imediato, mas ainda os três seguintes (3) prosseguiram na perseguição aos índios, porque as hostilidades haviam chegado, já no tempo de Rodrigo César, ao ponto de não mais permitir conciliação; ao que se acrescentava o interêsse de mineradores, sitiantes e governantes em escravizar o gentio, sob a forma de "administração" estabelecida por lei de Sua Majestade de 10 de setembro de 1611 (4).

A luta iniciada em 1727 estende-se desde o rio Paraguai ao Mogi-guaçú, abrangendo terras hoje de São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e Paraná (5); e prolonga-se pela segunda metade do século, pois ainda em julho de 1748 era cele-

(1) D. I., Vol. 32, pg. 184.

(2) Idem, ibidem, pg. 210. — A devassa a que alude fôra feita, por ordem sua de 10.2.1728, pelo ouvidor geral Diogo de Lara de Moraes (D. I., Vol. 13, pg. 135).

(3) Os três que se seguiram, até a extinção da capitania em 1748, foram Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Antônio Luís de Távora e D. Luís de Mascarenhas.

(4) Publicada, com outras determinações régias sôbre a matéria, em D. I., Vol. 3, pg. 70.

(5) Dessa campanha trataram vários autores, entre outros, Pedro Taques, José Barbosa de Sá, Azevedo Marques, Machado de Oliveira, J. M. P. de Alencastre, padre Silva e Sousa, A. de Toledo Piza, Afonso de Taunay e Carvalho Franco. Alguns comentários se lêem em D. I., Vol. 13, Anexos F e I, de autoria de Toledo Piza, então Diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

brado ajuste para tal fim entre o governador D. Luís de Mascarenhas e o sertanista Antônio Pires de Campos (6), o mesmo *Pai-Pirá* já várias vezes citado e de que se veio a dizer que praticou “barbaridades espantosas” contra o gentio.

Do *Pai-Pirá* o comando passa a um sucessor e depois a outros, até que finalmente se extingue, na década de 1770, a guerra de extermínio contra os indígenas de Goiás e Mato Grosso; e se extingue, menos por se haver conseguido a expugnação dos nativos do que pela exaustão das forças que os combatiam. E também porque idéias mais arejadas já orientavam os governadores e outras autoridades da colônia.

Era o início de uma nova fase de transformações pela qual iriam passar os Caiapó, a fase da “pacificação”.

#### *Implicações etnológicas*

Partindo de observações próprias entre índios da América do Sul e de verificações feitas por Curt Nimuendajú, que entre tribos do chamado grupo “Jê” — nomeadamente Ramkokamekran, Caiapó, Xerente e Apinajé — encontrara “uma agricultura mais original do que se tinha suposto”, além de sistemas sociais complexos, pondera Lévi-Strauss, em contrário a toda uma corrente etnológica, que o “arcaísmo dos pretensos Jês pode não ser tão incontestável quanto parece” (1). Tomando, portanto, uma posição de dúvida, o autor propõe a hipótese de “regressão” da cultura material e da organização social onde outros vêem autêntico arcaísmo, atraso sócio-cultural de “povos que — como diz Lowie — permaneceram na primeira fase do cultivo ” (2).

(6) D.I., Vol. 22, pg. 210.

(1) Claude Lévi-Strauss, “Antropologia Estrutural”, trad. de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires, rev. etn. de Júlio César Melatti, ed. “Tempo Brasileiro”, col. “Biblioteca Tempo Universitário”, Rio de Janeiro, 1967. — A citação é da pg. 125. As seguintes são do mesmo Cap. VI, “A Noção de Arcaísmo em Etnologia”.

(2) São numerosos os Etnólogos que entendem terem sido os Caiapó apenas caçadores e coletores, mas com base no que sabem dessa nação desde meados do século passado. Citemos apenas Julian Steward (“Native Peoples of South America”, New York, 1959) e René Fuerst (“Dissemblances matérielles chez les Indiens Kayapó du Brésil Central”, in Bulletin do Musée et Institut d’Ethnographie de Genebra, n.º 31, 1967), que às suas observações reuniu as de vários pesquisadores brasileiros. Tais estudos referem-se aos Caiapó do Tocantins e Xingú, que Coudreau (1897) reputava dissociados e diferenciados dos Caiapó do Araguaia e “Paulistas”. Advirta-se de que os Caiapó não são sempre Caiapó para os Etnólogos, que costumam dar aos índios de cada aldeia um nome diferente, tirado da situação geográfica, do nome do chefe, de um traço cultural, segundo as denominações que os próprios índios se atribuem

Referindo-se especificamente a organismos tribais da América do Sul que hoje parecem muito primitivos, Lévi-Strauss indaga, afirmando: “Não podemos também ver neles regressismos que, partindo de um nível mais alto de vida material e organização social, conservaram alguns traços como vestígios de antigas condições?”.

A hipótese é de difícil comprovação pelos dados da história particular de cada tribo ou de cada povo, visto serem muito escassas as informações sobre os nativos produzidas nos três primeiros séculos da ocupação branca, e mais ainda as de índole antropológica. Com base em fatos da etnologia sul-americana diretamente observados por ele próprio e por outros, Lévi-Strauss entende ser possível estabelecer a vida pregressa das tribos, não pelos dados históricos, mas pelo enfoque antropológico, por meio da crítica interna de traços e complexos culturais e da organização social atuais. Assim, para citar apenas uma pequena amostra, no caso dos Bororo, que depois de completamente desmantelados entre 1880 e 1910, mantêm hoje uma agricultura rudimentar ao lado de complicada cerimônia agrária, compreendendo a benção das primícias pela xamã, deduz êle que a existência dêste ritual implicaria no caráter tradicional da agricultura entre os Bororo. Como essa, o autor apresenta várias outras situações concernentes a tribos sul-americanas que permitem inferências equivalentes, também com relação a estruturas e funções sociais.

De tais inferências, Lévi-Strauss faz ressaltar o núcleo de convicção que está na base da sua proposição teórica, pois, argumenta, se “o etnólogo, votado ao estudo das sociedades vivas e atuais, não deve esquecer que para chegarem a ser tais, *elas tiveram que viver, durar e, portanto, mudar*”, é se naturalmente impelido a concluir que “uma mudança que suscita condições de vida e organização tão elementares a ponto de invocar apenas um estado arcaico, só poderia ser uma regressão”.

Se é um fato que essas coletividades sociais vivem, duram e, portanto, mudam, o problema recai também no domínio da história, a esta competindo identificar e explicar as causas de uma tal ou qual mudança, embora nada possa dizer no tocante ao processo de regressão sócio-cultural. E bem ao contrário da atitude da maioria de seus colegas brasileiros, Lévi-Strauss não desdenha da contribuição da história, postulando mesmo que, “*ai como alhures*”, a etno-



logia e a história “nada podem uma sem a outra” (3). Entendendo, no caso destas tribos que hoje praticam uma agricultura rudimentar, não ser isto suficiente “para provar que se trata de cultivadores principiantes e não de cultivadores regressivos, devido a novas condições de existência que lhes teriam sido impostas”, o autor reconhece que “a história de cada uma, se a conhecêssemos, esclareceria melhor sua condição particular do que a hipótese de um nível arcaico do qual fossem uma sobrevivência”.

Nisso exatamente consiste o drama dos etnólogos das presentes gerações, no fato de não possuírem história as tribos indígenas que são o objeto de suas pesquisas; no fato de serem migalhas esparsas os dados disponíveis sobre o passado de todas elas e de cada uma, mesmo o passado posterior aos tempos que competem à arqueologia e à pré-história. Drama que é muito pouco amenizado pelo recurso à “tradição oral”, sabidamente sujeita a alterações, deturpações, adaptações, ao contacto já com elementos da cultura ocidental, já com os próprios etnólogos, em razão da subjetividade implícita nos temas prediletos de suas inquirições.

Drama mais que sofrido, com profunda influência até na direção que a Etnologia vem tomando no rumo da Sociologia e da Antropologia Social, mas drama que também envolve os historiógrafos devotados ao estudo da fase de formação do povo brasileiro. Sabem estes muito bem que é praticamente impossível de ser traçada até a simples mobilização espacial, espontânea ou não, das coletividades nativas no período de colonização, quanto mais os tipos e graus de aculturação e miscegenações, atitudes, comportamentos, mudanças psíquicas, sociais e culturais havidas dos entrec choques com os brancos, com elementos de sua cultura, com suas alianças, guerras, vícios, traições e felonias.

(3) Pg. 41, Cap. I, “Introdução: História e Etnologia”. Propomo-nos mostrar — diz aí Lévi-Strauss — que a diferença fundamental entre ambas não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que tendo o mesmo objeto, que é a vida social; o mesmo objetivo, que é uma compreensão melhor do homem; e um método onde varia apenas a dosagem dos processos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social. [...] ... se o etnólogo consagra principalmente sua análise aos elementos inconscientes da vida social, seria absurdo supor que o historiador os ignora. Sem dúvida, este pretende, antes de tudo, explicar os fenômenos sociais em função dos acontecimentos nos quais eles se encarnam, e da maneira pela qual os indivíduos os pensaram e os viveram” (39, 40).

Se para uma e para outra, as informações tanto escasseiam, a etnologia e a história somente ganhariam com a mútua colaboração. Assim, p. ex., no caso particular de uma das tribos citadas, os Caiapó, acreditamos que os dados históricos sirvam para comprovar mudanças para pior nas suas condições de vida e nas próprias condições sociais, mas sugerindo ao mesmo tempo que o problema do regressismo talvez exija critérios mais complexos de julgamento.

### Conclusões

Com base nos dados e informações que conseguimos coligir sobre a história dos Caiapó, pensamos ser possível estabelecer alguns fatos de interesses histórico e etno-sociológico: até cerca de 1613, os Caiapó eram índios pacíficos nas suas relações com os brancos, embora belicosos em face de outras nações indígenas; possuíam aldeias em lugares certos, tendo-as mantido nas mesmas paragens pelo tempo suficiente para que se firmasse a fama de que nelas os brancos eram recebidos com amizade e bom tratamento; em razão da permanência em aldeias estáveis, deviam praticar a agricultura, da qual existem vários indícios positivos; desde um dado momento, a partir do ano acima citado, reagindo a perseguições de brancos, tornam-se errantes e guerreiros contra os brancos, mas conservando a despeito disso, além da índole pacífica, alguns traços de vida sedentária, como por exemplo a lavoura, que continuaram a praticar em períodos certos ou nas ocasiões em que os azares da vida guerreira o permitiam; com a intensificação da guerra que os brancos lhes movem, a partir do segundo decênio do século 18, tornam-se mais belicosos.

Vimos atrás que cerca de um século mais tarde, deles escrevia um sertanista bom observador: “nem têm domicílio certo, nem plantas ou lavouras; são volantes e de curso e se sustentam da imundície do mato; e quando chegam a plantar, trazem o mantimento consigo, conduzindo-o de uma parte para outra...”

De tudo se vê que desde seus primeiros contactos com os brancos, os Caiapó, além da transferência de “habitat”, passaram por processos de mudança, transformando-se gradativamente de povo pacífico em guerreiro, mas cuja índole amigável ficaria comprovada por sucessivas demonstrações e pela facilidade com que seriam pacificados após um perio-

do de cruenta guerra (4). Apesar das mudanças, não perderam de todo alguns hábitos sedentários, entre os quais o da lavoura. Mas continuamente perseguidos e assediados por tropas e sertanistas, acabaram sofrendo progressiva degradação das condições de vida, incluindo sem dúvida efeitos regressivos de natureza sócio-cultural.

São já numerosos os trabalhos sobre os Caiapó, índios que vêm sendo estudados desde os tempos de Castelnau, Martius, Coudreau e outros, mas com a particularidade de só terem ingressado nos anais da Etnologia depois que se tornaram conhecidos como guerreiros valentes e volantes, fama de que se cercaram desde meados do seiscentismo até fins do século passado. Durante esse longo período, os Caiapó teriam sido, de acordo com a hipótese de Lévi-Strauss, um povo em fase de regressão, e, portanto, de perda de elementos culturais importantes. Acreditamos que a história de tais indígenas tenha confirmado essa hipótese, mas aduzindo dados, e não poucos, que não deixarão de complicar o problema do ponto de vista da Antropologia.

---

(4) Ao que parece, a primeira tentativa de pacificação dos Caiapó ocorreu já em 1780, na sua estância junto das vertentes do Araguaia. Nesse ano, um cabo, levando como intérpretes índios Caiapó domesticados, estabelece contato com a tribo (Cf. J. M. P. de Alencastre, "Anais da Província de Goiás", RIHGB, Vol. 27, pg. 315). Veja-se sobre pacificação: Machado d'Oliveira, "Os Caiapós", in RIHGB, Vol. 24, pgs. 491 e sgs. § Alguns anos antes, em 1772, o Morgado de Mateus ainda cuidava de despachar tropa contra os Caiapó que ameaçavam Iguatemi (D.I., Vol. 8, pgs. 146, 174).

Quanto aos efeitos da pacificação, é expressivo o seguinte trecho de um relatório de 1958: "...do Kayapó, a horda do Pau d'Arco extinguiu-se totalmente, passando de dois a três mil indivíduos em fins do século XIX, a uma única sobrevivente conhecida... os Gorotire estavam reduzidos a 89 sobreviventes [em 1947, de um total de mais de mil entre 1936 e 1937]". (Carlos A. Moreira Neto, "Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó", in "Revista de Antropologia", Junho-Dezembro, 1959).



## NOTA A

### BILREIROS × IBIRAIARA

Dissemos no texto que na sua "Relação da Província do Brasil", de 1610, o padre Jácome Monteiro se referia a uns índios Bilreiros, sem todavia indicar a paragem que habitavam. Sua Relação consiste numa série de reportagens sôbre as diversas Capitânias, as quais visitava nesses princípios do século 17 como secretário do visitador geral da Cia. de Jesus, padre Manuel de Lima. É ao falar dos índios da Capitania de São Vicente que êle faz alusão, entre outros, aos Bilreiros, mas apenas para descrever os tipos de arma que usavam, a borduna e um arpão farpado.

Como os indígenas que os jesuítas melhor conheciam, tanto os de São Vicente e Piratininga quanto os da missão do Paraguai, eram exatamente os que se demoravam pelas partes do Sul e Sudoeste, parece-nos que os Bilreiros do padre Jácome outros não seriam senão os Ibiraiara de que os missionários vinham falando desde 1554. Estes Ibiraiaras passariam em meados do século 17 a ser identificados como Bilreiros pelos padres Baltazar Teles, autor de uma história das Missões editada em 1647 e Simão de Vasconcelos, que escreveu sua "Crônica" na mesma época: para o primeiro, aquêles índios ficavam, em 1554, "além dos carijós", aduzindo que se diziam em sua língua Ibiraiara, mas "aos quais os portuguezes comumente chamam Bilreiros..." (1); Simão de Vasconcelos denomina-os também Bilreiros, dizendo praticamente o mesmo que Baltazar Teles (2), pois ambos se reportavam a informações de jesuítas espanhóis e ao episódio do martírio do Irmão Pero Correia, que, como se sabe, fôra por Nóbrega enviado aos Ibiraiara em 1554, tendo sido sacrificado por indígenas de beira-mar antes de chegar ao seu destino.

(1) Citado por Aurélio Pôrto, "História das Missões Orientais do Uruguai", ed. SPHAN, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1943, pg. 32.

(2) Simão de Vasconcelos, "Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil", ed. A. J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1765, Vol. I, pg. 97.

O episódio era relatado pelo Irmão José de Anchieta em duas cartas de 1554, sendo ele o autor, ao que parece, das primeiras referências aos Ibiraiara, os quais, pelas suas indicações, estavam situados perto do mar e em seguida aos Carijó ou Guarani, correndo de Norte a Sul (3). Em 1594, o padre Alonso de Barzana os localizava a 30 léguas da futura redução do Guairá, ao que tudo indica seguindo daí para direção Sul, para o vale do Alto Iguacú. De acôrdo com este missivista, pouco antes de 1594 — não existindo ainda a redução de Guairá, mas estando incólume a povoação de Vila Rica, mais tarde destruída pelos paulistas — os padres Ortega e Saloni, tendo por base de operação a vila referida, tentaram reduzir os “Ibirayaras”, que somavam cêrca de 10.000 almas (4). Em 1619, o superior padre Cالدالدino os situava abaixo da antiga Vila Rica e do Guairá (5); dez anos decorridos, segundo o padre Antônio Ruiz (1628), continuavam vizinhos da área do Guairá, de cuja missão o padre escrevia (6). Um ano antes desta data, outro jesuíta (padre Gonzales) dizia que depois de Piratini e Ijuí seguiam-se 50 léguas de montanhas que entestavam com o rio Uruguai e eram habitadas por três mil indígenas, entre os quais os Ibiraiara (7).

São concordes, como se vê, os depoentes jesuítas quanto à área habitada pelos Ibiraiara, no período indicado. As divergências surgem no tocante aos dados etnográficos, especialmente depois que começam a ser classificados por etnólogos. Em 1554, o Irmão José de Anchieta, com base em informações recebidas de Pero Correia, afirmava acreditar que os Ibiraiara “se avantajam a todos êstes [Tupi e Guarani das partes de cima] no uso da razão, na inteligência e mansidão dos costumes. Todos êstes obedecem a um só senhor, têm horror a comer carne humana, contentam-se com uma só mulher, guardam diligentemente as filhas virgens — coisa de que os outros não cuidam — não as entregam a ninguém senão ao próprio marido... [...]. Se alguém

(3) José de Anchieta, in “Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, coletânea, introdução e notas do p. Serafim Leite, ed. Comissão IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954, Vol. II, pgs. 117 e 199.

(4) Citado por Pablo Pastells, “História de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay”, ed. Victoriano Suarez, Madrid, 1912, Vol. I, pg. 97.

(5) “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1951, pg. 162.

(6) “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, cit., pg. 260.

(7) Carta do padre Roque Gonzalez, citada por Aurélio Pôrto, “História”, cit., pg. 33.

se apodera duma coisa alheia, é levado diante do chefe e este manda-o açoitar por um algoz. Não crêem em nenhuma idolatria ou feiticeiro, e avantajam-se a muitíssimos outros nos bons costumes, de maneira que parecem muito próximos da lei da natureza. Só parece nêles digno de repreensão matarem às vêzes na guerra os cativos e guardarem as cabeças dêles como troféus" (8).

Para o padre Barzana (1594), eram uma nação mui numerosa e valente, cuja língua o padre Manuel Ortega tomara a peito estudar; viviam de caça, eram sumamente ferozes, sacrificadores e antropófagos. "Antes amigos y en este tiempo alzados de los españoles de Villarica" (9).

Na sua citada "Relação da Província do Brasil", de 1610, o padre Jácome Monteiro falava em uns índios que eram chamados Bilreiros "por trazerem nas mãos uns paus roliços a modo de bilros, com os quais guerreiam com tanta destreza, como com espingardas, e são tão certos no tiro que raramente erram e com tal fôrça despendem o pau que até os ossos moem com a pancada; usam mais em suas guerras de uns paus farpados, ao modo de arpão, e estes trazem prêsos por grande cordéis, os quais arremessando-os aos contrários, os arpoam como peixes, e os trazem assim com tanta pressa, que o mesmo é arpoá-lo que levá-lo às costas para comer". Concluía o padre Jácome dizendo em seguida: "e naquela conjunção que estivemos em Piratininga tinha sucedido matarem êles uns poucos brancos por esta arte" (10).

Êsses "poucos de brancos" não deviam ser habitantes da Capitania, ao que tudo indica, mas comarcãos da antiga Vila Rica, junto de Guairá e Paranapanema, ou de qualquer outra povoação do Sudoeste. Assim o entendemos pelo fato de o padre Jácome não especificar que se tratava de portugueses ou de moradores da terra, o que não deixaria de fazer se êsse fôsse o caso. Estava-se num período de intenso intercâmbio entre vicentinos e paraguaios (todos sob um só rei). Além disso, tanto os Bilreiros do Noroeste do território paulista, quanto os Ibiraiara de áreas abaixo do

(8) Cartas de Anchieta atrás citadas.

(9) Carta do padre Barzana, reproduzida em Plabo Pastells, ob. cit., pg. 97.

(10) Jácome Monteiro, "Relação da Província do Brasil", 1610, in Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", ed. INL, Rio de Janeiro, 1949, Vol. 8, pg. 396.

Paranapanema, viviam a êsse tempo em paz com os paulistas; achavam-se, porém, os Ibiraiara em guerra com os espanhóis e eram acérrimos inimigos de outros índios seus vizinhos, especialmente os Tape, que caçavam para vender aos paulistas, havendo mesmo entre êles prepostos de escravagistas de São Paulo <sup>(11)</sup>. Vimos, com efeito, pelo depoimento acima do padre Barzana que os Ibiraiara estavam, em 1594, “alzados de los españoles de Villarica”.

Dos Ibiraiara de certa vizinhança, escrevia em 1619 o Superior padre Cataldino que eram cêrca de dois mil e se chamavam “ybirayara, q. quiere decir señores del palo”. Êsses tinham sido em maior número e sua língua difieria da geral; eram infiéis, “porém domésticos que se pode entrar com tôda segurança” <sup>(12)</sup>.

Na carta citada de 1627, dizia o padre Gonzales que os Ibiraiara eram lavradores <sup>(13)</sup>. E em 1628, o padre Antônio Ruiz (de Montoya), com a autoridade de bom conhecedor dos indígenas da área então dominada pelos jesuítas espanhóis, os denominava Gualacho. Dividindo-os em Camperos e Lanceros, acrescentava: “entre estos Ybirayaras o Gualachos emos tenido noticia que ay tambien salinas al modo de las del Paraguay” <sup>(14)</sup>.

Parece que depois dessa data os missionários não mais os designam pelo nome de Ibiraiara, mas pelo de Gualacho; já em 1633, o p. Diogo Ferrer, em ânuia muito circunstanciada, informava da existência de “várias naciones Gualachas que se llaman Guanas, Tunus, Bayas, Guamos etc. y todas se comprehenden debajo del nombre de Guaycurus y Guaycurutis [...] estõs son todos fieros y comedores de carne humana” <sup>(15)</sup>. Dizia que em outras partes havia Gualacho lavradores “que têm aldeias fixas e chácaras grandes e nelas tudo o que têm os Guarani”, mas nunca emprega o têrmo Ibiraiara <sup>(16)</sup>.

(11) Cf. Aurélio Pôrto, “História”, cit., pgs. 34-35. § Significativamente, o p. Jácome apenas refere, com indígenas de Piratininga, além dos Bilreiros, os “Maromomis” e os “Carijós” (pgs. 395-96).

(12) “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, cit., pg. 162.

(13) Cf. Aurélio Pôrto, “História”, cit., pg. 33.

(14) “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, cit., pgs. 260 e 279.

(15) “Jesuítas e Bandeirantes no Itatim”, coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1952, pgs. 45-46.

(16) Idem, ibidem, pg. 47.



Dêsses Gualacho que habitavam cêrca do Iguacú e da banda do Uruguai, escrevia ainda em 1633 o p. Pedro Romero que eram ferozes e temidos dos Guarani (17). E numa relação da qual se perdeu a parte final, atribuída a Antônio Ruiz de Montoya, indicava-se a prática do divórcio entre êsses índios (18).

Dentre os autores, já vimos que Baltazar Teles e Simão de Vasconcelos praticamente repetem as informações de Anchieta. Pablo Pastells fala nos Ibiraiara, mas apenas com referência às atividades do padre Ortega (e de seu companheiro Saloni); louva-se ainda na carta citada do padre Barzana (19). Félix de Azara (20) não se refere nenhuma vez a índios Ibiraiara; descreve, no entanto, um grupo Tupi cujas características Antônio Serrano identifica com as dos Guayaná (21). Este arqueologista — que nunca emprega o nome Ibiraiara — classifica os indígenas que ocupavam as duas margens do Uruguai e vizinhanças num dos quatro grupos em que dividiu os Jê de todo o Brasil: constituía-se tal grupo de índios Guayaná, que nas Missões jesuíticas eram conhecidos por Gualacho, Gualachie, Guañaña (Guanhaña), entre os quais inclui também uma parcialidade de Tupi descrita por Azara. Guayaná — diz o autor — eram os antepassados dos atuais Kaingang, Socré ou Sokleng; sendo Guayaná também os Coroados, os Caaró e vários outros, tendo cada agrupamento um nome particular (22).

Ao contrário de Serrano, Aurélio Pôrto reporta-se aos Ibiraiara, que identifica com os Guayaná e Kaingang dos períodos posteriores; eram os Ibiraiara, ao que afirma, da nação Guaycuru do Sul (Gualacho ou Coroados), divididos

(17) "Jesuítas e Bandeirantes no Tape", coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1969, pgs. 50-51.

(18) "Jesuítas e Bandeirantes no Guairá", cit., pg. 346.

(19) Pablo Pastells, ob. cit., pg. 81.

(20) Félix de Azara, "Viajes por la América Meridional", ed. Calpe, Madrid, 1923, Vol. II, pg. 41.

(21) É de notar, todavia, que Azara descreve uma horda Guayaná, índios de seu tempo; eram pacíficos "e até carinhosos com os estrangeiros". Os homens andavam nus, as mulheres cobriam a cintura com um pedaço de tecido; alimentavam-se de plantas que cultivavam, mel e frutos silvestres; temiam nadar ou navegar em grandes rios; não tinham animais domésticos; usavam de arcos e flechas extraordinariamente grandes; falavam uma linguagem particular, diferente das outras; estariam divididos em muitas pequenas hordas independentes (Félix de Azara, "Viajes", cit., pg. 44).

(22) Antônio Serrano, "Etnografía de la Antigua Provincia del Uruguay", s.e. Paraná, 1936, pgs. 37 a 52.

em várias parcialidades, das quais dá os nomes. Identifica-os também com os “Guananazes” ou Guañaña (Guanhaña) dos jesuítas. Dêsse modo, quando os missionários escrevem que o padre Cristóvão de Mendonça fôra martirizado pelos Ibianguara (23), Aurélio Pôrto diz que êsses índios eram da nação Ibiraiara (pg. 84); quando os padres dizem que “índios infiéis” formavam junta de maioraes para iniciar um combate maciço às reduções (24), Aurélio Pôrto afirma que êsses todos eram Ibiraiara (pg. 85).

Discordando da classificação de Serrano e de Aurélio Pôrto, o Prof. Egon Schaden distingue os Goianá (Guaianá, Guanhaña, Goianazes, etc.) dos Caiapó, como também os distingue dos Kaingang, adiantando que êstes são presentemente (1954) considerados não mais da família linguística Jê, mas formando um grupo distinto; e cita a propósito uma advertência de Saint'Hilaire, que a respeito do nome “Guaianazes” dado aos índios aprisionados por Fernão Dias Paes nos sertões do Tibagi, argumentava: “Ora, os antigos Guaianazes falavam a *lingua geral*, pois foi com êles que Anchieta a aprendeu; conseqüentemente, os guanhañas de Itapeva nada têm de comum com aquêles, a não ser a semelhança do nome, o qual, como já se disse acima, lhês foi dado pelos primeiros brancos ou mestiços que se estabeleceram na região, e isso assim ocorreu, certamente, porque os guaianazes eram os únicos indígenas que conheciam ou de que conservavam lembrança” (25).

Assim como fizerà Rodolfo Garcia — de quem falaremos adiante — também o Prof. Schaden identifica os antigos Ibirajara com os Caiapó, chamando a êstes Meridionais para diferenciar dos Caiapó centrais. Parece-nos, no entanto, que êste renomado etnólogo se refere apenas aos Caiapó que se tornaram conhecidos desde o século 18 para cá, porquanto apresenta-os como guerreiros, localiza-os na área hoje paulista numa fase anterior à da estância goiana, acrescentando dados de interesse:

“Grande extensão do noroeste do Estado, compreendida entre o Rio Grande e o Paraná, bem como as áreas adjacentes do Triângulo Mineiro, do sueste de Mato Grosso e

(23) “Jesuítas e Bandeirantes no Tape”, cit., pg. 192.

(24) Idem, pgs. 115-119.

(25) Egon Schaden, “Os primitivos habitantes do território paulista”, in “Revista de História”, São Paulo, n.º 18, 1954, pg. 396.

do sul de Goiás, constituíram o habitat de uma tribo Jê, conhecida sob o nome de Kaiapó Meridionais. No século 18 tiveram êsses índios agitada história, mormente em território goiano, pela resistência por êles oposta à ocupação de suas terras. Guerreiros denodados, faziam-se acompanhar das mulheres nos campos de luta, incumbidas de ficar atrás dos homens e passar-lhes as flechas à medida que as gatassem. Além do arco e flecha, serviam-se de grandes cacetes, particularidade que deu origem à designação de Ibirajara (“senhores dos tacapes”, na língua geral), com que os Kaiapó e algumas outras populações figuram em textos antigos” (loc. cit.).

Dêsses textos antigos, Aurélio Pôrto extraíu alguns dados relativos aos Ibiraiara dos jesuítas espanhóis <sup>(26)</sup>, embora em certos casos êstes lhes dessem outros nomes ou não citassem nome nenhum. Assim, os homens andavam geralmente nus, mas as mulheres traziam uma espécie de saio, ou um tipo de manta que ia dos peitos aos pés, tecida de fibras; eram guerreiros e valentes, acérrimos inimigos de seus vizinhos Tape, que caçavam como se caça o javali e os vendiam aos paulistas: “em chusma, armados de arcos e tacapes, cercavam a aldeia e surpreendiam todos, levando-os prisioneiros”; não eram antropófagos, apenas seus feiticeiros — muito influentes — comiam carne das vítimas em prática litúrgica; usavam tacapes compridos; “tinham [com os portugueses] constante intercâmbio de escravos e frutos da terra”, havendo mesmo entre êles prepostos dos paulistas. Deram de imitar (para contrafazer) “tôdas as ações dos padres, fazendo umas espécies de igrejas [em algumas aldeias] onde se juntavam e tinham púlpitos e batistério, onde pregavam seus sermões e batizavam a seu modo... e o que predicavam tudo era contra os padres, fazendo burla do que ensinavam e predicavam êstes... pregavam e debatizavam os catecúmenos dos jesuítas”. A dança e o canto “exerciam grande atração sôbre o ânimo dos Ibiraiara. As festas com que solenizavam as suas vitórias, e em que as mulheres preparavam as bebidas, mas só os homens bebiam até se embriagarem, eram entretecidas

(26) Do tempo dêsses primeiros jesuítas é um título de encomenda de vários caciques e índios a um morador espanhol da área do Guairá. Datado de 1597, diz-se nesse título: Y asy mysmo le encomiendo dos caciques Ibirayarl de la nacion del tumbi” (“Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”, cit., pg. 123).

com cantos e danças. Usavam principalmente os feiticeiros, uma espécie de entorpecente, feito de erva-mate em pó que aspiravam pelas narinas, caindo em transe”.

Apurou ainda Aurélio Pôrto que o nome Bilreiros dado pelos portugueses aos Ibiraiara proviera “dos compridos batoques em forma de bilros que lhes pendiam do lábio inferior” (sic). E além da classificação Guayaná, de A. Serano, aceita a identificação feita por Rodolfo Garcia dos Ibiraiara com os Caiapó do século 18 (27).

Rodolfo Garcia diz que os Ubirajara, Bilreiros, Caceteiros eram os mesmos Caiapó nossos conhecidos, mas sem justificar tal identificação. Na verdade, o autor refere-se exclusivamente aos Caiapó dos começos do século 18 e do seu tempo, estantes acima do Paraná e do Rio Grande. Afirma que tais índios tinham sido encontrados pelas bandeiras paulistas desde fins do século anterior (17), mas encontrados “em todo o território entre o Rio Paraná e as cabeceiras do Paraguay”, em situação geográfica bem diferente, portanto, da apontada para os Ibiraiara dos dois primeiros séculos. Repelidos daí, da área acima do Paraná, “tiveram de internar-se no sertão de Camacua (sic), de onde exerceram por muitos anos hostilidades contra as povoações ao Sul de Goiás” (sic), indicações essas que não estão bem conforme com os fatos e com a própria geografia das zonas em que se situam as cabeceiras orientais do Paraguai, o Camacua de Mato Grosso e o Sul de Goiás, quer dizer as áreas de mineração goianas.

Diz mais que foram combatidos por Antônio Pires de Campos, que “quase aniquilou toda tribo”. Os sobreviventes dispersaram-se, indo uns “para o Norte, Araguaia e Rio das Mortes; outro para o Sul, até as cachoeiras do Paraná” (sic). Sabemos, no entanto, que essa, em linhas gerais (bem mais ampla, na verdade) era a situação dos Caiapó antes que Pires de Campos lhes fôsse dar combate. Os cronistas, em todo o tempo em que referiram esses índios, disseram sem discordância: Ibiraiara ou Biraiara; Rodolfo

---

(27) Aurélio Pôrto, ob. cit., Vol. I, pgs. 34-35.

Garcia afirma que os Caiapó eram “chamados Ubirajaras pelos Tupis”, sem todavia os relacionar com os antigos indígenas dêsse nome das partes do Sul, Guairá e vizinhanças (28).

De tudo o que ficou exposto tira-se a conclusão de que é grande a disparidade entre os traços culturais (e dados históricos) atribuídos aos diversos agrupamentos de nativos que os autores identificam com os Ibiraiara das primeiras referências. O somatório dêsses elementos mostra que tais índios seriam e não seriam muito do que se pode dizer de todos os indígenas do Brasil, porquanto eram a um tempo antropófagos, não antropófagos; guerreiros, não guerreiros; ferozes, não ferozes; lavradores, não lavradores; usavam e não usavam batoques, e assim por diante.

A despeito de tudo, porém, tendo-se em vista algumas das características dos Ibiraiara, especialmente as indicadas nas primeiras referências — filiação ao grupo Jê, uso de tacape, além de arco e flecha, nudez completa dos homens (levando a supor costume generalizado, anterior), lavoura e caça, um chefe supremo, valentia e ferocidade na guerra, animosidade contra outras nações indígenas, boas relações e aliança com os paulistas — não seria realmente de excluir a hipótese de tratar-se de um ramo dos Bilreiros ou Caiapó, como pretende Rodolfo Garcia, embora não nos termos que êle propõe. A ser válida esta inferência, teríamos aí mais uma confirmação das relações amigáveis que mantinham com os sertanistas de São Paulo, no período que marca a passagem do primeiro para o segundo século, os índios Caiapó ou Bilreiros das áreas abaixo do Paranapanema e Paraná, à semelhança do que sucedia com os das terras acima do Tietê.

#### O B R A S C I T A D A S

- ALENCASTRE, J. M. P. — Anais da Província de Goiás, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (RIHGB), vol. 27, Segunda Parte, pgs. 5-349.
- AZARA, Félix de — Viajes por la America Meridional, ed. Calpe, Madrid, 1923.
- BITTENCOURT, Liberato — Mariano de Azevedo, Rio de Janeiro, 1940, 2.<sup>a</sup> edição.

(28) Rodolfo Garcia, “Etnografia”, in “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico”, ed. IHGB, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922, Vol. I, cap. 10, pg. 261.

- CÂMARA, Roque Luís de Macedo Leme da — **Nobiliarquia Brasileira**, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo" (RIHGSP), Vol. 32, gs. 5-251.
- CARVALHO FRANCO, F. A. de — **Dicionário de Bandeirantes e Serenistas do Brasil**, ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1953.
- FUERST, René — **Dissemblances matérielles chez Indiens Kayapó du Brésil Central**, in "Bulletin do Musée et Institut d'Ethnographie de Genebra", n.º 31, pgs. 17-34.
- GARCIA, Rodolfo — **Etnografia**, in "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico", ed. IHGB, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922, Vol. I, pgs. 249-274.
- IHERING, Hermann von — **A antropologia do Estado de São Paulo**, in "Revista do Museu Paulista" (RMP), Vol. VII, pgs. 202-257.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de — **Diários de Viagem**, ed. INL, pref. do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.
- LEITE, Serafim — **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**, ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, Vol. I, 1954.
- MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim — **Os Caiapós**, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (RIHGB), Vol. 24, pgs. 491-524.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phil. von — **Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens**, Leipzig, 1867.
- MONTEIRO, Jácome — **Relação da Província do Brasil, 1610**, in Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", ed. INL, Rio de Janeiro, 1949, Vol. 8, pgs. 393-425.
- NEME, Mário — **Notas de Revisão da História de São Paulo**, ed. Anhembi, São Paulo, 1959.
- MOREIRA NETO, Carlos A. — **Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó**, in "Revista de Antropologia", Vol. 7, 1959, pgs. 49-64.
- NÓBREGA, Manuel de — **Cartas do Brasil e mais escritos**, coletânea, introdução e notas do padre Serafim Leite, ed. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1955.
- PAES LEME, Pedro Taques de Almeida — **Nobiliarquia Paulista Histórica e Genealógica**, ed. Martins, São Paulo, 1953, Vol. II.
- PASTELLS, Pablo — **Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguai**, ed. Victoriano Suarez, Madrid, 1912, Vol. I.
- PÓRTO, Aurélio — **História das Missões Orientais do Uruguai**, ed. SPHAN, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1943, Vol. I.
- SAINT-HILAIRE, Auguste — **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cispatina e Missões do Paraguai**, trad. e pref. de Rubens Borba de Moraes, ed. Martins, São Paulo, 1940.

- SAMPAIO, Teodoro — **O Tupi na Geografia Nacional**, in "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia" (RIGHB), Vol. 54, pgs. 5-400.
- SCHADEN, Egon — **Os primitivos habitantes do território paulista**, in "Revista de História", São Paulo, n.º 18.: 1954, pgs. 385-406.
- SERRANO, Antônio — **Etnografia de la Antigua Provincia del Uruguay**, s. e., Paraná, 1936.
- SILVA E SOUZA, Luís Antônio da (padre) — **Memória sobre o descobrimento, govêrno, etc., de Goiás**, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (RIHGB), Vol. 12, pgs. 429-510.
- SOUZA, Gabriel Soares de — **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, Brasileira, São Paulo, s.d.
- STEWART, Julian H. — **Native Peoples of South America**, ed. McGraw-Hill, Nova York, 1959.
- LÉVI STRAUSS, Claude — **Antropologia Estrutural**, trad. de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires, rev. etn. de Júlio César Melatti, ed. Tempo Brasileiro, col. "Biblioteca Tempo Universitário", Rio de Janeiro, 1967.

#### P U B L I C A Ç Õ E S

- ATAS** da Câmara Municipal de São Paulo (ACMSP), Volumes 1, 2 e 51.
- DOCUMENTOS** interessantes (D.I.), Volumes 3, 4, 7, 8, 12, 13, 22, 32, 44, 47, 50.
- INVENTÁRIOS** e Testamentos (I.T.), Volumes 2, 3, 5, 11, 15.
- JESUÍTAS** e **Bandeirantes no Guairá**, Coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1951.
- JESUÍTAS** e **Bandeirantes no Itatim**, Coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1952.
- JESUÍTAS** e **Bandeirantes no Tape**, Coletânea, introdução e notas de Jaime Cortesão, ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1969.
- RELATOS Monçoeiros**, Coletânea e introdução de Afonso de Taunay, ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954
- RELATOS Sertanistas**, Coletânea e introdução de Afonso de Taunay, ed. Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954